

InterCement Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
InterCement Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

1. Avaliação sobre a realização de impostos diferidos ativos

Por que foi considerado como um PAA

A Companhia tem acumulado saldos significativos de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente de diferenças temporárias no montante de R\$68.188 mil (na controladora e no consolidado), em 31 de dezembro de 2017, cuja realização está suportada por estimativas de geração de base tributária futura baseadas no plano de negócios preparados pela Administração, conforme as práticas contábeis CPC 32/IAS 12 que endereçam a constituição e realização dessas diferenças temporárias.

Devido à complexidade de julgamento exercido na avaliação e determinação destas estimativas de realização deste ativo diferido correspondente, consideramos essa área como área de foco em nossa auditoria.

As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e os saldos de impostos diferidos estão apresentados, respectivamente, nas notas explicativas nº 2.20.2 e 19 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) análise histórica de geração de base tributável e de realização destes créditos tributários; (b) a análise dos cálculos pertinentes e da capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, e assim, de realizar os saldos registrados; e (c) avaliação da adequação das divulgações realizadas com relação aos impostos diferidos.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos os critérios utilizados pela Administração da Companhia para a análise de realização do imposto de renda diferido, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Avaliação sobre a redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo, incluindo o ágio ("impairment")

Por que foi considerado como um PAA

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem saldos de ativo imobilizado com vida útil definida apresentando indicadores de "impairment", com valor residual de R\$1.876.365 mil e R\$2.221.686 na controladora e no consolidado, respectivamente, e ágio decorrente de aquisição de empresas no montante de R\$301.312 mil (na controladora e no consolidado), em 31 de dezembro de 2017.

Devido à relevância, ao alto grau de julgamento e complexidade, por parte da Administração, na preparação de projeções de fluxo de caixa futuro e/ou mensuração de valor de mercado de ativos, na determinação das premissas utilizadas na elaboração do valor recuperável e do valor de mercado, da sensibilidade e subjetividade das premissas significativas que envolvem projeções de demanda de mercado, de margens operacionais e de taxa de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização de tais ativos, bem como a necessidade de reconhecimento de perdas no valor recuperável destes ativos. Desta forma, avaliamos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e as premissas adotadas estão apresentadas, respectivamente, nas notas explicativas nº 2.6, 2.14, 2.16, 10 e 11 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) análise do laudo de avaliação do valor de mercado de determinados ativos de longo prazo; (b) exame da análise preparada pela Administração, para verificar a razoabilidade do modelo utilizado no recálculo matemático do fluxo de caixa futuro; (c) envolvimento de especialistas na revisão da taxa de desconto e nos laudos; (d) aplicação de ceticismo profissional no exame dos documentos que contemplam elementos importantes para a aplicação do nosso julgamento profissional, tais como análise sobre a capacidade de geração de caixa futuro, comparando inclusive com seus planos mais recentes e considerando uma avaliação da sensibilidade do potencial impacto de uma alteração razoável nas principais premissas utilizadas pela Companhia, entre elas, de crescimento e taxa de desconto, para assim concluir sobre a capacidade de recuperar os ativos correspondentes; (e) avaliação da adequação das divulgações elaboradas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados no teste do valor recuperável de determinados saldos dos ativos de longo prazo e no ágio, preparados pela Administração da Companhia, e nas evidências obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que as avaliações de recuperação dos respectivos ativos, bem como das divulgações em notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Continuidade operacional

Por que foi considerado como um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$1.006.116 mil na controladora e de R\$985.640 no consolidado, conforme divulgado nas notas explicativas nºs 12 e 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017. A Companhia possui empréstimos e financiamentos, incluindo juros, no montante de R\$2.596.304 mil (na controladora) e de R\$2.601.988 mil, dos quais R\$840.360 mil (na controladora e R\$846.044 (no consolidado) possuem vencimentos a curto prazo.

Ao avaliar o pressuposto de continuidade operacional na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia considerou o atingimento de seu plano de negócios para o exercício de 2018, incluindo projeções de fluxo de caixa preparado com base em determinadas metas operacionais planejadas pela Administração, novos aportes de capital por parte de seus acionistas, por ações de repactuação de parte da dívida de curto prazo para o longo prazo, além de ações complementares relacionadas à desalavancagem financeira.

Assim, considerando a relevância dos valores envolvidos, a complexidade e o julgamento significativo exercido pela Administração na determinação do seu plano de negócios para o próximo ano, consideramos esse assunto como área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a avaliação e o desafio das premissas de negócio e da metodologia utilizada pela Companhia para elaboração das projeções de fluxo de caixa futuro; (b) indagações à Administração da Companhia e a seus executivos em relação ao plano de repactuação da dívida de curto prazo para o longo prazo e eventuais alternativas disponíveis para a gestão do caixa; e (c) avaliação da adequação das divulgações dos respectivos planos de negócios e repactuação das dívidas de curto prazo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela Administração, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, na análise de sua continuidade operacional, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Transferência de participação de controlada - Loma Negra C.I.A.S.A.

Por que foi considerado como um PAA

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº1.i), que descreve que a Companhia transferiu a totalidade de sua participação na controlada Loma Negra C.I.A.S.A. ("Loma Negra") para seus controladores, Caue Austria Holding GmbH e Cimpor Trading e Inversiones S.A., mediante redução de capital social.

Devido à relevância da transação para a Companhia, os possíveis impactos tributários, bem como reflexo na divulgação dos saldos consolidados, consideramos esse assunto como área de foco em nossa auditoria.

As divulgações sobre o impacto desta transação no investimento e no patrimônio líquido da Companhia, estão demonstradas nas notas explicativas nºs 9 e 18 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) análise dos atos societários que suportaram a transação; (b) avaliação dos impactos tributários; (c) recálculo das eliminações dos respectivos saldos de balanço e de resultado desta controlada (individual e consolidado); e (d) avaliação da adequação das divulgações pertinentes.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos os critérios utilizados pela Administração da Companhia para a análise de realização do imposto de renda diferido, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Cláusulas restritivas sobre debêntures – "covenants"

Por que foi considerado como um PAA

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, que descreve que a Companhia possui contratos de debêntures no montante de R\$2.171.603 mil, sendo R\$1.680.269 mil classificados no passivo não circulante, e, portanto, sujeitos ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais ("covenants"), as quais são calculadas através de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidada do Grupo InterCement, assim como essas captações estão garantida por aval de sua controladora. O descumprimento desses "covenants" podem resultar na declaração de vencimento antecipado de um ou mais contratos por parte das instituições financeiras, o que obrigaria a Companhia a pagar imediatamente todos os respectivos valores em aberto na data de eventual decretação, e, sendo assim, impactaria de forma significativa sua posição patrimonial, financeira e de liquidez, motivo pelo qual consideramos o cumprimento destas cláusulas restritivas como risco significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (a) entendimento das cláusulas contratuais firmados junto às instituições financeiras; (b) o teste matemático dos cálculos nos contratos para o cálculo dos "covenants" e a verificação do seu respectivo cumprimento em 31 de dezembro de 2017; e (c) a avaliação das divulgações sobre o tema nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos os critérios utilizados pela Administração da Companhia para a análise de cumprimento dos "covenants", bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de abril de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Roberto Torres do Santos
Contador
CRC nº 1 SP 219663/O-7

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016			31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	204.897	600.379	210.038	774.541	Fornecedores		269.833	151.442	233.194	567.485
Títulos e valores mobiliários	5	118.562	146.535	118.562	146.535	Debêntures	13	419.482	419.231	419.482	419.231
Contas a receber de clientes	6	76.508	173.967	76.082	306.438	Empréstimos e financiamentos	12	328.305	35.890	333.967	456.089
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(40.488)	(29.903)	(40.488)	(34.793)	Juros a pagar	12 e 13	92.573	194.516	92.595	211.066
Estoques	7	457.293	510.427	457.293	863.541	Impostos e obrigações a pagar		95.421	104.365	99.166	150.717
Impostos a recuperar	8	56.257	60.951	56.941	81.828	Salários e encargos sociais		52.146	53.790	52.241	131.999
Outros créditos		32.461	80.026	33.247	83.486	Dividendos e juros sobre o capital próprio	17	128.550	-	143.180	8.013
Total do ativo circulante		905.490	1.542.382	911.675	2.221.576	Adiantamentos de clientes		8.523	8.177	8.530	30.168
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	5	4.671	7.154	8.151	10.069	Partes relacionadas	17	437.274	453.834	437.274	429.649
Contas a receber de clientes	6	4.155	4.724	4.155	20.971	Outras obrigações		79.499	88.555	77.686	82.651
Partes relacionadas	17	5.850	313.433	5.950	313.433	Total do passivo circulante		1.911.606	1.509.800	1.897.315	2.487.068
Estoques	7	40.288	6.745	40.288	42.935	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)					
Impostos a recuperar	8	9.671	80.253	9.671	99.259	Capital social	18	786.644	2.138.292	786.644	2.138.292
Depósitos judiciais		72.613	68.502	72.622	68.502	Transações com acionistas não controladores		639.358	398.711	639.358	398.710
Outros créditos		63.049	71.595	65.230	76.245	Reservas de lucros		117.619	277.550	117.619	277.551
Propriedade para Investimentos		28.099	25.588	28.099	25.588	Ajustes de avaliação patrimonial		92	(223.542)	92	(223.542)
Investimentos:						Prejuízos acumulados		(1.807.622)	(359.578)	(1.807.622)	(359.578)
Em controladas	9	266.104	1.202.150	-	-	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuível a proprietários da controladora		(263.909)	2.231.433	(263.909)	2.231.433
Outros	9	265	498	8	7.859	Participação não controladora		-	-	91.462	100.808
Imobilizado	10	1.876.365	2.934.524	2.221.686	4.064.016	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(263.909)	2.231.433	(172.447)	2.332.241
Intangível:						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Ágio	11	301.312	301.312	301.312	1.274.986			3.722.337	6.712.501	3.829.816	8.394.022
Outros intangíveis	11	144.405	153.641	160.969	168.583						
Total do ativo não circulante		2.816.847	5.170.119	2.918.141	6.172.446						
TOTAL DO ATIVO		3.722.337	6.712.501	3.829.816	8.394.022						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA LÍQUIDA	20	1.672.864	2.019.774	2.999.345	4.488.351
CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS	21	(1.656.359)	(1.770.228)	(2.499.011)	(3.576.030)
LUCRO BRUTO		<u>16.505</u>	<u>249.546</u>	<u>500.334</u>	<u>912.321</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas administrativas e comerciais	21	(398.982)	(420.028)	(512.757)	(601.000)
Equivalência patrimonial	9	99.600	113.863	(2.251)	(585)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	(779.495)	44.360	(779.609)	70.807
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(1.062.372)</u>	<u>(12.259)</u>	<u>(794.283)</u>	<u>381.543</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Variação cambial	22	14.359	13.503	3.382	(42.330)
Receitas financeiras	22	89.576	98.818	94.671	113.977
Despesas financeiras	22	(400.846)	(572.285)	(481.243)	(828.870)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(1.359.283)</u>	<u>(472.223)</u>	<u>(1.177.473)</u>	<u>(375.680)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	(300.726)	189.255	(373.469)	127.236
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(1.660.009)</u>	<u>(282.968)</u>	<u>(1.550.942)</u>	<u>(248.444)</u>
PREJUÍZO ATRIBUÍDO A					
Participação controladora		(1.660.009)	(282.968)	(1.660.009)	(282.968)
Participação não controladora		-	-	109.065	34.524
PREJUÍZO POR AÇÃO					
Básico/diluído por ação ON - R\$	24	<u>(421.001,52)</u>	<u>(71.764,65)</u>	<u>(421.001,52)</u>	<u>(71.764,65)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.660.009)	(282.968)	(1.550.942)	(248.444)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	9	(1.965)	(133.019)	4.604	(149.608)
Itens reclassificados para a reserva de capital decorrente de transação entre controladores:					
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior		350.504	-	350.504	-
Itens reclassificados para o resultado do período:					
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior		28	(3.023)	28	(3.023)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		<u>(1.311.470)</u>	<u>(419.010)</u>	<u>(1.195.834)</u>	<u>(401.075)</u>
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL A					
Participação controladora		(1.311.470)	(419.010)	(1.311.470)	(419.010)
Participação não controladora		-	-	115.636	17.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Ganho ou perda em transação com acionistas	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido
				Legal	Incentivos fiscais					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.138.292	140.194	159.931	117.619	(78.388)	(85.722)	2.391.926	87.153	2.479.079
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(282.968)	(282.968)	34.524	(248.444)
Ganhos com alienação de participação em controlada	1	-	258.517	-	-	-	-	258.517	598	259.115
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(136.042)	-	(136.042)	(16.589)	(152.631)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		-	-	-	-	(9.112)	9.112	-	-	-
Dividendos propostos	18	-	-	-	-	-	-	-	(4.878)	(4.878)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		2.138.292	398.711	159.931	117.619	(223.542)	(359.578)	2.231.433	100.808	2.332.241
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(1.660.009)	(1.660.009)	109.065	(1.550.944)
Redução de capital	18	(1.351.648)	-	-	-	-	199.648	(1.152.000)	(100.387)	(1.252.387)
Efeitos tributários sobre a redução de capital com o ágio de controlada	19 (a)	-	328.299	-	-	-	-	328.299	-	328.299
Absorção de prejuízos com reservas de lucros	18	-	-	(159.931)	-	-	159.931	-	-	-
Ganhos com alienação de participação em controlada	1 (f)	-	156.699	-	-	-	-	156.699	36.363	193.062
Perdas com transferência de controlada ao controlador	1 (i)	-	(350.504)	-	-	350.532	-	28	-	28
Perdas com alienação de participação em controlada	1 (h) / 9 (d)	-	(15.159)	-	-	-	-	(15.159)	(755)	(15.914)
Outros resultados abrangentes	9	-	-	-	-	(1.965)	-	(1.965)	6.571	4.606
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	1 (i)	-	121.312	-	-	(124.933)	3.621	-	-	-
Dividendos pagos	18	-	-	-	-	-	-	-	(45.081)	(45.081)
Dividendos propostos	18	-	-	-	-	-	-	-	(15.122)	(15.122)
Juros sobre o capital próprio de períodos anteriores	18	-	-	-	-	-	(151.235)	(151.235)	-	(151.235)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		786.644	639.358	-	117.619	92	(1.807.622)	(263.909)	91.462	(172.447)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.359.283)	(472.223)	(1.177.473)	(375.680)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação, amortização e exaustão	234.230	263.667	306.427	424.238
Resultado de equivalência patrimonial	(99.600)	(113.863)	2.251	586
Reversão de provisões para perdas eventuais, líquidas	91.306	17.265	96.892	25.972
Juros, encargos provisionados e variações cambiais	287.871	474.195	347.107	723.092
Ganho na venda de ativo imobilizado	(32.282)	(39.476)	(33.305)	(39.475)
Baixa de ativo imobilizado	15.532	2.866	15.532	3.296
Ajuste ao valor recuperável	747.975	-	747.975	-
Ganho na participação acionária	-	-	-	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Partes relacionadas	(43.350)	(14.718)	(6.513)	1.813
Contas a receber de clientes	95.377	(12.130)	18.105	(62.552)
Estoques	(28.589)	85.753	(103.913)	(22.150)
Impostos a recuperar	75.276	22.470	78.145	26.253
Dividendos recebidos	93.551	189.588	-	-
Outros créditos	8.918	(8.550)	4.979	16.262
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Partes relacionadas	97.502	28.200	(9.253)	(10.882)
Fornecedores	39.521	(60.650)	52.138	(42.971)
Salários e férias a pagar	(574)	(14.567)	(10.203)	10.219
Outras obrigações e contas a pagar	75.771	(3.703)	81.587	(6.238)
Impostos e obrigações a pagar	(100.607)	7.925	(104.978)	(1.457)
	198.545	352.049	305.500	670.326
Imposto de renda e contribuição social pagos	(36.764)	-	(65.140)	(41.277)
Juros pagos	(427.783)	(480.629)	(482.860)	(637.085)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(266.002)	(128.580)	(242.500)	(8.036)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas	46.344	(47.512)	46.402	(47.224)
Aquisição de imobilizado	(135.936)	(141.661)	(266.751)	(306.058)
Adições ao intangível	(13.827)	(945)	(21.197)	(4.002)
Aumento do investimento	(48.782)	(7.450)	(48.782)	-
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	5.032	18.248	7.694	18.248
Caixa oriundo da incorporação	(110)	7.300	12	-
Caixa transferido na redução de capital	-	-	(60.927)	-
Recebimento pela venda de investimento	290.000	266.477	290.000	266.477
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	142.721	94.457	(53.549)	(72.559)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	-	-	-	(2.048)
Resgate (pagamento) de swap	(15.235)	-	(15.235)	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	297.597	301.043	675.684
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(572.568)	(218.919)	(822.389)	(481.521)
Recebimento de empréstimos com partes relacionadas	371.153	-	371.153	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	(51.832)	(15.555)
Partes relacionadas	(39.205)	(308.684)	(33.639)	(308.684)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(255.855)	(230.006)	(250.899)	(132.124)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(379.136)	(264.129)	(546.948)	(212.719)
VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(16.347)	(61.912)	(17.555)	(87.451)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	600.379	926.420	774.541	1.074.711
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	204.897	600.379	210.038	774.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.293.653	2.777.157	3.644.598	5.302.495
Outras receitas	71.888	70.830	75.205	101.507
Reversão (constituição) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.783)	(5.423)	(21.793)	(7.138)
	<u>2.343.758</u>	<u>2.842.564</u>	<u>3.698.010</u>	<u>5.396.864</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Produtos, mercadorias e serviços adquiridos	(115.532)	(96.557)	(387.739)	(685.338)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.350.351)	(1.440.552)	(1.586.828)	(2.083.669)
Perda e recuperação de valores ativos	(812.681)	-	(812.681)	-
	<u>(2.278.564)</u>	<u>(1.537.109)</u>	<u>(2.787.248)</u>	<u>(2.769.007)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>65.194</u>	<u>1.305.455</u>	<u>910.762</u>	<u>2.627.857</u>
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	<u>(234.230)</u>	<u>(263.667)</u>	<u>(306.427)</u>	<u>(424.238)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>(169.036)</u>	<u>1.041.788</u>	<u>604.335</u>	<u>2.203.619</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	99.600	113.863	(2.251)	(585)
Receitas financeiras	108.980	117.338	103.160	118.994
	<u>208.580</u>	<u>231.201</u>	<u>100.909</u>	<u>118.409</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>39.544</u>	<u>1.272.989</u>	<u>705.244</u>	<u>2.322.028</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>39.544</u>	<u>1.272.989</u>	<u>705.244</u>	<u>2.322.028</u>
Pessoal:				
Remuneração direta	207.154	219.512	484.290	715.330
Benefícios	50.194	52.548	56.430	64.243
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	15.150	22.248	15.412	22.263
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	543.942	109.889	560.170	119.254
Estaduais	436.170	518.173	592.808	721.605
Municipais	8.548	10.341	24.713	38.825
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros de financiamentos, debêntures e empréstimos	397.235	562.757	477.694	819.341
Aluguéis	41.160	60.489	44.671	69.611
Remuneração de capitais próprios:				
Juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	151.235	-	151.235	-
Lucros retidos	(1.811.244)	(282.968)	(1.811.244)	(282.968)
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	109.065	34.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A InterCement Brasil S.A. ("Companhia") está domiciliada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como controladoras a Cauê Áustria Holding GmbH e a Cimpor Trading e Inversiones S.A., com participação no seu capital de 56,78% e 43,22%, respectivamente.

O Grupo InterCement Brasil possui 16 fábricas de cimento, 33 usinas de concreto e 2 unidades de agregados, todas localizadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia possui participações societárias em geradoras de energia elétrica na modalidade de autoprodutor.

Em 31 de dezembro de 2017, as demonstrações financeiras da Companhia (controladora) apresentam capital circulante líquido negativo de R\$1.006.116 (R\$985.640 no consolidado), que inclui parcela do curto-prazo de empréstimos e financiamentos no valor de R\$840.360 (R\$846.044 no consolidado). Considerando diferentes cenários de premissas utilizadas na definição do seu Plano de Negócio para 2018 e nas projeções de seu Fluxo de Caixa, a Companhia iniciou desde o final de 2017 diferentes ações para reforçar seu caixa e capital. Obteve avanços importantes no início deste ano na negociação de alongar as parcelas vincenda das suas Debêntures emitidas em agosto de 2012 e o principal da Cédula de Crédito Bancário emitida em junho de 2016.

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada no dia 27 de março de 2018, foi deliberado aumento de capital no valor de R\$1.150.000. Tal deliberação envolveu a capitalização de créditos dos acionistas e a capitalização em dinheiro, o que irá reforçar o caixa da Companhia, além de R\$547.875 recebidos em março de 2018 com a venda, a valor de mercado, do crédito "Fixed rate notes" pela Caue Finance à Caue Austria Holding.

Consolidação

As informações consolidadas incluem as seguintes controladas e operações em conjunto:

	2017		2016	
	Participação - %		Participação - %	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas:				
Cauê Finance Limited (g)	100,00	-	100,00	-
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.(a)	100,00	-	100,00	-
Estreito Participações S.A.(f)	80,80	-	100,00	-
Machadinho Participações S.A. (b)	81,30	-	81,30	-
Barra Grande Participações S.A. (c) e (d)	81,09	-	81,09	-
CECC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda. (h)	100,00	-	-	-
Inversiones Rios Primeira Limitada	-	-	99,99	-
Loma Negra C.I.A.S.A. (i)	-	-	99,44	-
Cofesur S.A. (i)	-	-	-	97,10
Recycomb S.A.(i)	-	-	-	100,00
Yguazu Cimentos S.A. (e)(i)	-	-	-	51,00
Operação em conjunto-				
BAESA - Energética Barra Grande S.A. (c) e (d)	-	9,00	-	9,00
Consórcios:				
Consórcio Estreito Energia – CESTE (f)	-	4,44	4,44	-
Consórcio Machadinho (b)	-	5,28	-	5,28

- (a) Em 15 de agosto de 2016, a Companhia passou a ser controladora integral da Neogera Investimentos em Inovação Ltda., por meio de cessão de quotas efetuado pela controlada CCCimentos Participações.
- (b) Em 28 de julho de 2016, a Companhia aumentou seu capital na controlada Machadoinho Participações S.A. ("Machadinho"), mediante conferência de 5,28% dos ativos e passivos detidos no Consórcio Machadoinho, no montante de R\$30.795, além da contribuição em moeda nacional de R\$1.000. Com o referido aumento de capital, a controlada Machadoinho passou a ter 31.795.658 ações, sendo 25.849970 ações ordinárias e 5.945.788 ações preferencias, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos em relação às ações ordinárias, representando 75% do lucro.

Em 16 de dezembro de 2016, a Companhia alienou a totalidade das ações preferenciais de sua controlada Machadoinho, equivalente a 18,710% de participação acionária, pelo montante de R\$249.650. Referida operação gerou um ganho líquido de R\$147.039, já deduzido do imposto de renda e da contribuição social, registrado no patrimônio líquido.

- (c) A BAESA – Energética Barra Grande.S.A ("BAESA") é uma sociedade constituída com o propósito específico ("SPE") de construir, operar, manter, administrar e explorar o aproveitamento hidroelétrico de Barra Grande.
- (d) Em 22 de abril de 2015, foi constituída a Barra Grande Participações S.A. ("Barra Grande"), que tem por objeto social a participação em outras sociedades. Em 8 de dezembro de 2015, a Companhia aumentou seu capital, mediante a conferência da totalidade das ações detidas pela Companhia na operação em conjunto BAESA, no montante de R\$62.828, além da contribuição em moeda nacional de R\$1.000. Com o referido aumento de capital, a controlada Barra Grande passou a ter 63.829.456 ações, sendo 51.701.860 ações ordinárias e 12.127.596 ações preferenciais, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos em relação às ações ordinárias, representando 75% do lucro.

Em 29 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de promessa de venda de 12.127.596 ações preferenciais representando 18,91% do capital social da controlada Barra Grande Participações S.A. ("Barra Grande") pelo montante de R\$240.769.

Em 28 de outubro de 2016, foi totalmente concluído o cumprimento das condições contratuais e a venda foi concretizada. Referida operação gerou um ganho líquido de R\$141.141, já deduzido do imposto de renda e da contribuição social, registrado no Patrimônio Líquido.

- (e) Em 22 de dezembro de 2016, a Companhia transferiu o equivalente a 16% de participação acionária na Yguazu Cimentos S.A., pelo montante de U\$36.667 mil, equivalente a R\$108.786, à sua então controlada Loma Negra. A operação gerou um ganho líquido de R\$ 55.103, já deduzido do imposto de renda e da contribuição social, registrado no Patrimônio Líquido, como transação entre acionistas. Em contraparte, a então controlada Loma Negra reconheceu parte da referida operação em seu patrimônio líquido, como transação com acionista, eliminando assim o ágio gerado internamente, mas não o diferencial tributário existente entre os dois países. Dessa forma, a operação foi eliminada na controladora e no consolidado, restando apenas o valor relacionado ao imposto de renda e contribuição social, reconhecido no patrimônio líquido, no montante negativo de R\$29.663.
- (f) Em 22 de abril de 2015, foi constituída a Estreito Participações S.A. ("Estreito"), que tem por objeto social a geração de energia, a participação em sociedade para exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Estreito e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

Em 14 de janeiro de 2016, a Companhia aumentou o capital social da controlada Estreito, no montante de R\$1.000, com emissão de 1.000 ações ordinárias.

Em 21 de novembro de 2016, a Companhia aumentou seu capital, mediante a conferência de 4,44% dos ativos e passivos detidos no Consórcio Ceste, no montante de R\$180.397. Com o referido aumento de capital, a controlada Estreito passou a ter 181.397.485 ações, sendo 145.117.988 ações ordinárias e 36.279.497 ações preferenciais, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos em relação às ações ordinárias, representando 75% do lucro.

Em 24 de abril de 2017, a Companhia alienou a totalidade das ações preferencias de sua controlada Estreito, equivalente a 19,20% de participação acionária, pelo montante de R\$290.000. Referida operação gerou um ganho líquido de R\$156.699, já deduzido do imposto de renda e da contribuição social, registrado no patrimônio líquido.

- (g) A controlada Cauê Finance Limited ("Cauê Finance") é considerada uma extensão das operações da Companhia e, conseqüentemente, sua moeda funcional é a moeda brasileira. Como essa controlada é considerada uma extensão de suas operações, a mesma é consolidada no próprio individual da Companhia.
- (h) Em 10 de abril de 2017, a Companhia adquiriu a controlada CECC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda., pelo montante de R\$48.782, de sua controladora Participações Morro Vermelho S.A.. Referida operação gerou uma perda de R\$11.470, registrada no patrimônio líquido.
- (i) Em 24 de agosto de 2017, a Companhia transferiu a totalidade de sua participação na controlada Loma Negra C.I.A.S.A. ("Loma Negra") para seus controladores, Caue Austria Holding GmbH e Cimpor Trading e Inversiones S.A., mediante redução de capital social, conforme mencionado na nota explicativa nº 18. Os saldos relacionados à controlada Loma Negra, reconhecidos em outros resultados abrangentes, no montante de R\$(229.192), sendo R\$(350.504) relacionados a ajustes de avaliação patrimonial e R\$121.312 relacionados ao custo atribuído do ativo imobilizado, foram baixados para o resultado do exercício, conforme determinado pelo ICPC 09, e posteriormente reclassificados para o patrimônio líquido, por se tratar de operação com partes relacionadas.

Ainda em 2017, a Companhia realizou parte do custo atribuído relacionado à controlada Loma Negra contra os lucros acumulados, no montante de R\$3.621.

A partir desta data, a Companhia deixou de consolidar os ativos, passivos e resultado da então controlada Loma Negra, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	<u>24.08.2017</u>
ATIVO	
Circulante:	
Caixa e equivalentes de caixa	60.927
Contas a receber de clientes	195.568
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.729)
Estoques	421.074
Impostos a recuperar	17.544
Outros créditos	<u>52.168</u>
Total do ativo circulante	<u>743.552</u>
Não circulante:	
Contas a receber de clientes	17.956
Estoques	33.331
Impostos a recuperar	18.581
Outros créditos	23.280
Investimentos	66
Imobilizado	1.041.792
Intangível	<u>20.106</u>
Total do ativo não circulante	<u>1.155.112</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>1.898.664</u></u>

24.08.2017

PASSIVO	
Circulante:	
Fornecedores	284.406
Empréstimos e financiamentos	597.602
Juros a pagar	13.182
Impostos e contribuições a pagar	103.906
Salários e encargos	46.458
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.705
Adiantamentos de clientes	20.226
Partes relacionadas	94.884
Outras obrigações	4.546
Total do passivo circulante	<u>1.166.915</u>
Não circulante:	
Empréstimos e financiamentos	344.475
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhista	15.411
Provisão para reconstituição ambiental	12.387
Impostos e contribuições a pagar	147
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.848
Outras obrigações	16.757
Total do passivo não circulante	<u>450.025</u>
Patrimônio Líquido:	
Capital Social	41.474
Reserva de capital	11.797
Reservas de lucros	96.759
Ajustes de avaliação patrimonial	32.425
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora	182.455
Participação não controladora	99.269
Total do patrimônio líquido	<u>281.724</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.898.664</u>

A transferência da participação na controlada Loma Negra, aos acionistas controladores, compreende o saldo de investimento registrado na Companhia, no montante de R\$181.442, além do ágio pago na aquisição dessa empresa, no montante de R\$965.584, líquido da amortização ocorrida até 31 de dezembro de 2008, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9(b).

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A participação em consórcios e operações em conjunto ("joint operation") são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia, na proporção do percentual de participação.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e operadas em conjunto.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e operadas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, com exceção da controlada Cauê Finance, que é considerada uma extensão da Companhia e consolidada nas demonstrações financeiras individuais, de acordo com o IAS 21 (CPC 02).

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição e até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de acionistas não controladores, mesmo se resultar em montante negativo.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente.

2.4. Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo seu valor justo, que é a soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia com os antigos controladores da adquirida e das participações societárias emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida, na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, exceto por limitadas exceções previstas na IFRS 3, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo.

O ágio é o resultado positivo da soma do valor justo da combinação de negócios, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, deduzida dos valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da operação valorizados a valor justo. Se o resultado dessas operações não resultar positivo, o valor apurado é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras, que correspondam a participações atuais e confirmam a seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade, no caso de liquidação, poderá ser inicialmente mensurada pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras, nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outras IFRSs e pronunciamentos contábeis ("CPCs").

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no fim de cada exercício no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização está incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (conforme mencionado anteriormente) ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais e demonstrado como um ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição é imediatamente reconhecido no resultado.

2.5. Participações em empreendimentos em conjunto ("joint ventures")

Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual uma empresa e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a um controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, estratégicas e operacionais relacionadas às atividades da "joint venture" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os resultados, ativos e passivos das investidas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Conforme este método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das investidas. Quando a parcela da Companhia em prejuízo de uma investida excede a participação do Grupo naquela investida, a Companhia deixa de reconhecer sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver responsabilidade legal sobre as obrigações da coligada.

Quando uma empresa realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto não relacionada à Companhia.

2.6. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda ao valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se beneficiam das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na determinação do lucro ou prejuízo da alienação.

2.7. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de descontos comerciais.

2.7.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- São transferidos para comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- Não há envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.7.2. Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviço de concretagem é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato.

2.8. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os arrendamentos financeiros são registrados como compra financiada, sendo reconhecido, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais e seu custo é reconhecido como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

2.9. Propriedade para investimento

Propriedades destinadas a aluguel ou para fins não determinados são registrados ao valor de custo, deduzidos das depreciações acumuladas e de qualquer perda por "impairment". Não existe planos estruturados de alienação dos imóveis mantidos em propriedade para investimentos, as vendas desses imóveis só ocorrem se a administração entender ser mais vantajoso. A depreciação desses ativos tem início quando eles estão prontos para uso e é calculado pelo método linear, exceto terreno e construções em andamento, que não são depreciados.

O pronunciamento técnico CPC 28 – Propriedade para investimentos permite que a Companhia registre suas propriedades de investimento a valor justo ou a valor de custo deduzido das depreciações acumuladas, devendo, nesse último caso, divulgar o valor justo das propriedades em nota explicativa.

A Companhia optou por manter suas propriedades de investimento registradas por valor de custo deduzido das depreciações acumuladas, por entender que esta seja a informação de melhor qualidade.

2.10. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período superior a três meses para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou para a venda.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.11. Transações em moeda estrangeira e moeda funcional

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrem, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos, com juros dos referidos empréstimos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações das controladas no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada exercício. Os resultados e outras transações que afetaram o patrimônio dessas operações no exterior são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são registrados na moeda funcional da investida, somente para aquisições ocorridas após a data de transição para as IFRSs. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.12. Subvenções governamentais

Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

As subvenções governamentais estão detalhas na nota explicativa nº 18.

2.13. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção e apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O custo de produção é determinado de acordo com o método de absorção de custos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos gastos necessários para realizar a venda.

A provisão para obsolescência é constituída com base em análise das perdas históricas e avaliação dos saldos com risco de realização.

2.14. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O imobilizado em curso representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos.

Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizados agregando-se o valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil.

2.15. Ativos intangíveis

2.15.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados periodicamente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.15.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

2.15.3. Ativos intangíveis gerados internamente

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

2.16. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.17. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

2.18. Reconstituição ambiental e desmantelamento de fábricas

Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o desmantelamento de fábricas.

Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e o desmantelamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados à medida da depreciação dos ativos.

A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, utilizando as provisões constituídas.

2.19. Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), o Consórcio Estreito Energia ("Consórcio Estreito") e o Consórcio Machadinho ("Consórcio Machadinho") possuem concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.

A vigência dos contratos de concessão é de: (i) 35 anos para a BAESA, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001; (ii) 35 anos para o Consórcio Estreito, contados a partir da data inicial de 20 de maio de 2002; e (iii) 35 anos para o Consórcio Machadinho, contados a partir do ano de 1997.

Os contratos de concessão da BAESA e Consórcio Estreito também estabelecem que um montante seja pago pelo UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

2.20. Tributação

2.20.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas.

2.20.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciem a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

2.21. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação, ou seja, se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.
- No reconhecimento inicial for parte de carteira de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

(b) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) empréstimos e recebíveis.

(d) Empréstimos e recebíveis

Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis.

Os investimentos mantidos até vencimento e os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, sendo a despesa financeira reconhecida com base na remuneração efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge".

Classificação de instrumentos financeiros passivos e instrumentos patrimoniais

A Companhia também possui contratos que possuem componentes de instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros, sendo estes componentes classificados separadamente de acordo com suas características contratuais. Os instrumentos patrimoniais são mensurados ao custo histórico e os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo por meio do resultado.

2.22. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, contabilizados pelo método de custo amortizado.

2.23. Juros sobre o capital próprio

São demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, quando aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

2.24. Novas e revisadas normas e interpretações (IFRS)

Normas, interpretações e alterações de normas implementadas em 1º de janeiro de 2017

Norma	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 7/CPC 03	Alteradas pela norma Iniciativa de Divulgação	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.
Alterações à IAS 12/CPC 32	Alteradas pela norma Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos por Prejuízos Não Realizados	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.
Alterações à IFRS 12/CPC45	Alteradas pela norma Esclarecimento do Escopo de Requisitos de Divulgação	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.
IFRS17	Requer que os passivos de seguros sejam mensurados pelo valor de realização atual e proporcionem uma medida mais uniforme e abordagem de apresentação para todos os contratos de seguro	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021

A adoção das IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não exerceu impacto relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados no período corrente.

Normas, interpretações e alterações de normas que ainda não estão em vigor

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis a seguir, emitidos até 31 de dezembro de 2017 pelo IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9/CPC 48	Instrumentos Financeiros (a)
IFRS 15/CPC 47	Receita de Contratos com Clientes (a)
IFRS 16/CPC 06	Arrendamentos (b)
Alterações à IFRS 2/CPC 10	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações (a)
Alterações à IFRS 10/CPC 36 e IAS 28/CPC 18	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (c)
IFRIC 22	Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (a)
Alterações à IAS 40/CPC 28	Transferência de Propriedades para Investimentos (a)
Alterações à IFRS 1 e IAS 28/CPC19	Melhorias anuais do Ciclo 2015-2017

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

A Companhia ainda está avaliando os possíveis impactos, da adoção dos novos pronunciamentos, nas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.1. Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 11.

3.2. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, amortização de intangíveis, provisão para perdas de bens paralisados, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas e obsolescência de estoques, provisão para reconstituição ambiental, desmantelamento de fábricas e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa as estimativas, premissas, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para perda de estoques anualmente.

3.3. Ativos imobilizados e intangíveis

A estimativa de vida útil adotada pela Companhia é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edificações e outras construções	3 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 50 anos
Veículos	2 a 16 anos
Móveis e utensílios	9 a 33 anos
Minas e jazidas	(*)
Reservatório, barragens e adutoras	49 a 50 anos
Fornos, moinhos e silos	30 a 53 anos
Direito de uso de software	5 anos

(*) A exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) de forma linear, com base na vida útil definida para a mina.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos (*)	29.247	411.093	29.826	460.443
Aplicações financeiras	<u>175.650</u>	<u>189.286</u>	<u>180.212</u>	<u>314.098</u>
Total	<u>204.897</u>	<u>600.379</u>	<u>210.038</u>	<u>774.541</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuem saldos em moedas estrangeiras (euros e dólares norte-americanos) equivalentes a R\$473 (R\$473 no consolidado). Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam saldos em moedas estrangeiras (euros e dólares norte-americanos) equivalentes a R\$400.644 (R\$431.959 no consolidado).

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	31.940	133	36.502	1.950
Operações compromissadas	59.987	-	59.987	5.906
Fundos exclusivos (a):				
Letras do Tesouro Nacional - LTNs "over"	2.930	43.435	2.930	43.435
Letras do Tesouro Nacional - LFTs	-	111.003	-	111.003
CDBs	771	3.854	771	3.854
Cotas de Fundos de renda fixa	7.978	30.861	7.978	30.861
Operações compromissadas	72.044	-	72.044	-
Aplicações financeiras em moeda estrangeira:				
Em pesos argentinos	-	-	-	96.792
Em dólares norte-americanos	-	-	-	14.586
Outros	-	-	-	5.711
Total	<u>175.650</u>	<u>189.286</u>	<u>180.212</u>	<u>314.098</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações em cotas de fundos exclusivos renderam em média de 100% a 115% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102% a 112,7% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e são representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos e valores imobiliários (a)	118.562	147.143	119.391	147.751
Depósito em garantia (b)	4.671	6.546	7.322	8.853
Total	<u>123.233</u>	<u>153.689</u>	<u>126.713</u>	<u>156.604</u>
Total - classificado no circulante	118.562	146.535	118.562	146.535
Total - classificado no não circulante	4.671	7.154	8.151	10.069

(a) Refere-se a investimentos em fundos exclusivos, compostos por debêntures, letras financeiras do tesouro e outros.

(b) A Companhia efetua compulsoriamente depósitos a título de garantia, em decorrência da postergação parcial do saldo de Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS para o Estado de Goiás. No consolidado, inclui também depósitos em garantia da operação em conjunto Baesa, com finalidade de constituir reserva para obrigações com o BNDES e com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cientes dos mercados interno e externo (*)	80.663	178.691	80.237	327.409
Classificadas no não circulante	(4.155)	(4.724)	(4.155)	(20.971)
Classificadas no circulante	76.508	173.967	76.082	306.438
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.488)	(29.903)	(40.488)	(34.793)
Total líquido no circulante	36.020	144.064	35.594	271.645

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber vencidas há mais de 181 dias. No exercício de 2017, a Companhia efetuou avaliação individualizada de determinados clientes, os quais estão em processo de recuperação judicial ou inadimplência recorrente, e constituiu provisão de 100% do saldo de contas a receber com esses clientes.

(*) Em 20 e 21 de dezembro de 2017, a Companhia assinou contrato de cessão de crédito de recebíveis com sua controladora Camargo Corrêa S.A. e com o Banco Rendimento, nos montantes de R\$71.165 e R\$32.246, respectivamente, com deságio total de R\$1.513, registrado na rubrica "despesas financeiras".

Composição das contas a receber por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	35.686	133.252	35.260	164.328
Vencidos:				
0 a 30 dias	8.118	11.253	8.118	14.829
31 a 60 dias	1.427	946	1.427	105.492
61 a 90 dias	312	1.254	312	1.381
91 a 180 dias	1.542	2.770	1.542	11.949
181 dias ou mais	33.578	29.216	33.578	29.430
Total	80.663	178.691	80.237	327.409

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	29.903	31.895	34.793	36.073
Constituições	10.726	5.424	9.742	7.744
Montantes baixados no exercício como incobráveis	(141)	(7.416)	(202)	(7.487)
Ganho ou perda de variação cambial	-	-	(116)	(1.537)
Baixa pela transferência de controlada	-	-	(3.729)	-
Saldo no fim do exercício	40.488	29.903	40.488	34.793

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante:				
Produtos acabados	40.792	49.791	40.792	78.958
Produtos em elaboração	129.924	152.696	129.924	278.418
Matéria-prima	68.268	99.404	68.268	154.699
Combustíveis	62.313	41.108	62.313	83.487
Peças de reposição	136.418	156.758	136.418	253.389
Adiantamento a fornecedores	18.579	9.837	18.579	9.838
Estoque em trânsito	-	-	-	3.065
Embalagem e outros	3.918	3.405	3.918	4.259
Provisão para perdas (*)	(2.919)	(2.572)	(2.919)	(2.572)
Total	457.293	510.427	457.293	863.541
Não circulante:				
Matéria-prima	40.288	-	40.288	-
Peças de reposição	-	-	-	36.629
Provisão para perdas	-	-	-	(439)
Adiantamentos a fornecedores	-	6.745	-	6.745
Total	40.288	6.745	40.288	42.935

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	20.671	48.077	20.926	54.731
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	28.433	49.418	28.433	49.419
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	11.624	24.600	12.000	24.673
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	627	13.469	678	13.628
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	4.441	5.521	4.441	5.521
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	-	23.077
Impostos antecipados e outros	132	119	134	10.038
Total	65.928	141.204	66.612	181.087
Classificados no circulante	56.257	60.951	56.941	81.828
Classificados no não circulante	9.671	80.253	9.671	99.259

9. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Participação no capital social - %		Ações/cotas possuídas		Patrimônio líquido		Resultado do exercício		Ajuste de avaliação patrimonial (a)		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo dos investimentos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Controladas:														
Loma Negra C.I.A. S.A. (b) e (c)	-	99,44	-	56.288.374	-	152.219	-	100.608	(1.965)	(117.343)	126.790	100.048	-	1.116.958
Neogera Investimentos em Inovação Ltda. (d)	100,00	100,00	580.000	580.000	573	592	(19)	8	-	1	(19)	8	573	592
CCCimentos Participações Ltda.(e)	-	-	-	-	-	-	-	3.323	-	(11.579)	-	3.322	-	-
Yguazu Cimentos S.A. (f)	-	-	-	-	-	-	-	23.345	-	(3.700)	-	4.672	-	-
Transviária Logística e Transportes Ltda. (g)	-	-	-	-	-	-	-	386	-	-	-	384	-	-
CECC Incorporadora e Administradora de bens Ltda. (p)	100,00	-	37.261.303	-	37.311	-	-	-	-	-	-	-	37.311	-
Barra Grande Participações S.A (h)	81,09	81,09	64.129.456	64.129.456	69.303	70.587	22.087	25.092	-	-	(13.429)	5.084	43.809	57.238
Machadinho Participações S.A (i) e (j)	81,30	81,30	25.849.870	25.849.870	41.279	32.529	35.000	2.935	-	-	(12.591)	581	13.855	26.446
Estreito Participações S.A (i) e (k)	80,80	100,00	146.569.168	1.000.500	184.676	916	13.454	(84)	-	-	1.153	(84)	170.556	916
									(1.965)	(132.621)	101.904	114.015	266.104	1.202.150
Operações em conjunto:														
CCEscom Cement (m)	50,10	50,10	9.018	9.018	-	-	-	62	-	(398)	-	31	-	-
									-	(398)	-	31	-	-
Outros investimentos:														
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda. (l)	100,00	50,00	700.00	350.000	266	347	(82)	(391)	-	-	(69)	(196)	265	174
Companhia de Mineração Candiota	-	48,00	-	480.000	-	676	-	25	-	-	-	13	-	324
									-	-	(69)	(183)	265	498
Provisão para perdas em controladas (n):														
Inversiones Rios Primera (o)	-	99,90	-	99.900	-	(20)	-	-	-	-	-	-	-	(20)
Companhia de Mineração Candiota	48,00	-	480.000	-	(3.981)	-	(4.657)	-	-	-	(2.235)	-	(1.911)	-
									-	-	(2.235)	-	(1.911)	(20)
Total									(1.965)	(133.019)	99.600	113.863	264.458	1.202.628

(a) Representado, substancialmente, por variação cambial dos investimentos no exterior.

(b) Em 24 de julho de 2017, a Companhia realizou a transferência de seu investimento na controlada Loma Negra aos seus acionistas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 18. A Companhia reconheceu a equivalência patrimonial da controlada Loma Negra até 30 de junho de 2017.

(c) Em 31 de dezembro de 2016, parte do saldo no valor de R\$965.584 refere-se ao ágio pago na aquisição dessa empresa, que foi parcialmente amortizado pela taxa anual de 12,5% até 31 de dezembro de 2008. Esse ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009, a amortização desse ágio cessou. O resultado da última análise, efetuada para o exercício findo de 31 de dezembro de 2016, indicou que o valor recuperável das unidades geradoras de caixa correspondentes ao ágio supera o valor registrado desses ativos, conforme mencionado na nota explicativa nº 11. No exercício de 2017, esse ágio foi transferido aos acionistas da Companhia, juntamente ao investimento na Loma Negra, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1(i) e 18.

Em 19 de fevereiro e 15 de setembro de 2016, a Companhia aumentou o capital social na controlada Neogera Investimentos em Inovação Ltda., em R\$150 e R\$100, respectivamente.

(d) Em 30 de outubro de 2016, a outra sócia, Camargo Correa S.A., cedeu e transferiu a totalidade de suas ações detidas na controlada CCCimentos Participações para a Companhia, pelo montante de R\$31. Em 30 de novembro de 2016, a controlada CCCimentos Participações foi incorporada na Companhia.

- (e) Em 22 de dezembro de 2016, a Companhia alienou o equivalente a 16% de participação acionária na Yguazu à sua controlada Loma Negra, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(e).
- (f) Em 1º de agosto de 2016, a Companhia aumentou o capital social na controlada Transviária Logística e Transportes Ltda. em R\$ 3.900. Em 31 de agosto de 2016, referida controlada foi incorporada.
- (g) Em 8 de dezembro de 2015, a Companhia aumentou o capital da controlada Barra Grande Participações S.A. ("Barra Grande") em R\$63.828, mediante a conferência da totalidade das ações detidas pela Companhia na operação em conjunto BAESA – Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), no montante de R\$62.828, além da contribuição em moeda nacional de R\$1.000, integralizada em 6 de janeiro de 2016. Em 28 de abril de 2016, a Companhia aumentou o capital social na controlada Barra Grande Participações S.A. em R\$300. Em 2016, a Companhia alienou a totalidade das ações preferenciais da controlada Barra Grande, 18,91% de participação acionária, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(d).
- (h) Em 14 de janeiro de 2016, a Companhia aumentou o capital social nas controladas Estreito Participações S.A. e Machadinho Participações S.A., no valor de R\$1.000 para cada controlada.
- (i) Em 28 de julho de 2016, a Companhia aumentou o capital social na controlada Machadinho Participações, mediante a conferência de 5,28% dos ativos e passivos detidos no Consórcio Machadinho, no montante de R\$ 30.795, além da contribuição em moeda nacional de R\$1.000. Em 16 de dezembro de 2016, a Companhia alienou a totalidade das ações preferenciais da referida controlada, equivalente a 18,70% de participação acionária, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(b).
- (j) Em 21 de novembro de 2016, a Companhia aumentou o capital da controlada Estreito Participações S.A. ("Estreito"), mediante a conferência de 4,44% dos ativos e passivos detidos no Consórcio Ceste, no montante de R\$180.397. Em 24 de abril de 2017, a Companhia alienou a totalidade das ações preferenciais de sua controlada Estreito, equivalente a 19,20% de participação acionária, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(f).
- (k) Em 29 de março de 2017, a Companhia passou a ser controladora integral da Eco-Processa – Tratamento de resíduos Ltda, adquirindo 350.000 quotas representativas de 50% do capital social, pelo montante de R\$284.
- (l) Em 30 de abril de 2016, a Companhia constituiu provisão para perda da totalidade de sua participação na controlada em conjunto CCEscm Cement, no montante de R\$8.205. A Companhia entende que a provisão deve ser mantida para 2017, pois não houve alteração nos critérios para reconhecimento da provisão.
- (m) Investimento reclassificado para outras obrigações no passivo não circulante.
- (n) Em 24 de maio de 2017, os acionistas da controlada Inversiones Rios Primeira Ltda. aprovaram a dissolução da Sociedade, e a devolução do capital social ocorreu em 20 de junho de 2017.
- (o) Em 10 de abril de 2017, a Companhia adquiriu a controlada CECC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda., conforme mencionado na nota explicativa nº 1(h).

As informações sobre as principais controladas e operações em conjunto em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são como segue:

Barra Grande Participações S.A.: companhia brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2016, possui a participação da Companhia na BAESA, que tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande ("UHE Barra Grande") e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão. A controlada Barra Grande adota o método de equivalência patrimonial para a contabilização desta operação em conjunto, com base na existência de acordo de acionistas..

Camargo Corrêa Escom Cement B.V.: companhia holandesa que tem como objetivo participar, investir e gerenciar outras companhias. Atualmente possui investimento na companhia Palanca Cimentos em Angola. A Companhia constituiu provisão para perda sobre essa investida, conforme mencionado na nota explicativa nº 9(m).

Neogera Investimentos em Inovação Ltda.: sociedade brasileira constituída em 16 de outubro de 2014, com o objetivo de conduzir e investir em projetos de inovação.

Machadinho Participações S.A.: sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2016, possui a participação no Consórcio Machadinho.

Estreito Participações S.A.: sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2017, possui a participação no Consórcio Ceste.

A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.528.986
Aumento de capital	38.271
Baixas	(62.049)
Equivalência patrimonial	113.863
Ajuste de avaliação patrimonial	(133.019)
Dividendos	(198.655)
Outras transações de capital	(84.769)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.202.628</u>
Aumento de capital (a)	242.293
Baixas (b)	(1.183.339)
Equivalência patrimonial	99.600
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.965)
Dividendos (c)	(88.446)
Perda com aquisição de controlada (d)	(6.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>264.458</u>

(a) Refere-se substancialmente a: (i) aumento de capital na controlada Estreito Participações S.A., no montante de R\$180.397; e (ii) valor de aquisição da controlada CECC, no montante de R\$37.312.

(b) Refere-se a: (i) transferência de participação acionária na controlada Loma Negra aos acionistas controladores, no montante de R\$1.147.026; (ii) redução de participação pela venda parcial da controlada Estreito, no montante de R\$36.333; e (iii) baixa do investimento na Inversiones Rios Primera por conta de dissolução, no montante R\$(20).

(c) A Companhia recebeu dividendos de suas controladas Loma Negra nos montantes de R\$88.446.

(d) Refere-se à perda na aquisição de 2,36% da Cofesur S.A. realizada pela controlada Loma Negra, a qual foi aprovada pelo governo argentino em março de 2017.

10. IMOBILIZADO

	<u>Controladora</u>		
	<u>2017</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor residual</u>
Terrenos	123.981	-	123.981
Edifícios	1.498.110	(770.398)	727.712
Máquinas e equipamentos	2.726.192	(1.881.517)	844.675
Veículos	78.300	(55.520)	22.780
Móveis e utensílios	18.930	(16.457)	2.473
Minas e jazidas	154.397	(86.295)	68.102
Outros	19.895	(4.617)	15.278
Peças de reposição	16.166	(6.992)	9.174
Adiantamento a fornecedores	82.901	-	82.901
Imobilizado em andamento (a)	727.264	-	727.264
Provisão para perdas (b)	(747.975)	-	(747.975)
Total	<u>4.698.161</u>	<u>(2.821.796)</u>	<u>1.876.365</u>

	Controladora		
	2016		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	149.257	(1.969)	147.288
Edifícios	1.498.432	(735.224)	763.208
Máquinas e equipamentos	2.702.027	(1.759.702)	942.325
Veículos	101.976	(68.453)	33.523
Móveis e utensílios	19.106	(15.383)	3.723
Minas e jazidas	134.128	(67.956)	66.172
Reservatório, barragens e adutoras	168.225	(28.302)	139.923
Outros	20.417	(4.633)	15.784
Peças de reposição	14.900	(4.541)	10.359
Adiantamento a fornecedores	83.336	-	83.336
Imobilizado em andamento (a)	728.883	-	728.883
Total	5.620.687	(2.686.163)	2.934.524

	Consolidado		
	2017		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	176.925	(3.442)	173.483
Edifícios	1.512.380	(775.874)	736.506
Máquinas e equipamentos	2.852.894	(1.924.182)	928.712
Veículos	78.366	(55.560)	22.806
Móveis e utensílios	19.052	(16.536)	2.516
Minas e jazidas	154.397	(86.295)	68.102
Reservatório, barragens e adutoras	280.659	(78.370)	202.289
Outros	19.920	(4.643)	15.277
Peças de reposição	16.166	(6.992)	9.174
Adiantamento a fornecedores	82.901	-	82.901
Imobilizado em andamento (a)	727.895	-	727.895
Provisão para perdas (b)	(747.975)	-	(747.975)
Total	5.173.580	(2.951.894)	2.221.686

	Consolidado		
	2016		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos	161.329	(2.904)	158.425
Edifícios	1.849.505	(926.265)	923.240
Máquinas e equipamentos	3.681.306	(2.093.260)	1.588.046
Veículos	218.897	(126.327)	92.570
Móveis e utensílios	45.715	(39.138)	6.577
Minas e jazidas	362.346	(207.872)	154.474
Reservatório, barragens e adutoras	276.973	(64.490)	212.483
Outros	38.718	(15.204)	23.514
Peças de reposição	14.900	(4.541)	10.359
Adiantamento a fornecedores	83.336	-	83.336
Imobilizado em andamento (a)	810.992	-	810.992
Total	7.544.017	(3.480.001)	4.064.016

- (a) Os saldos referem-se substancialmente à expansão de unidades, bem como a melhorias no processo produtivo, para a plena utilização da capacidade das unidades existentes. A modernização das fábricas está sendo financiada com recursos oriundos do contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.
- (b) Na controladora, os saldos de provisão referem-se a unidades e diferentes projetos paralisados temporariamente devido ao cenário econômico e ao mercado de cimento no Brasil. Quando da recuperação do mercado, poderão retomar tais operações e investimentos, reavaliando a provisão determinada.

A Companhia capitalizou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, encargos financeiros no montante de R\$437 (R\$3.271 em 2016), na rubrica "Imobilizado em andamento".

De acordo com o Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados à UHE Barra Grande, inclusive terrenos, registrados na companhia operada em conjunto BAESA, no montante proporcional à participação da Companhia e aproximado de R\$85.069, são depreciados linearmente pelo prazo de concessão e passarão ao final da concessão em 2036 a integrar o patrimônio da União.

Nas rubricas "Máquinas e equipamentos" e "Veículos" existem, em 31 de dezembro de 2017, bens que foram adquiridos para as unidades de produção de concreto localizadas nos Estados de São Paulo e Pernambuco, por meio de contratos de financiamento (FINAME), que são garantidos pelos próprios bens financiados. O financiamento original corresponde a 90% do valor total dos bens e, em 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12, o saldo a pagar (FINAME) é de R\$11.988 (R\$14.435 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.120.578	4.484.324
Adições	135.874	370.650
Baixas	(44.484)	(14.907)
Depreciações	(252.043)	(411.147)
Transferência para propriedade para investimento (d)	(25.401)	(25.401)
Efeito de mudança de taxas de câmbio sobre investimentos no exterior (c)	-	(339.503)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.934.524</u>	<u>4.064.016</u>
Adições (a)	136.373	227.896
Baixas	(26.403)	(26.411)
Baixa pela transferência de participação em controlada (g)	-	(1.041.792)
Baixa para aumento de capital em controlada (e)	(198.565)	-
Depreciações	(219.149)	(290.004)
Transferência para propriedade para investimento (d)	(2.576)	(2.576)
Efeito de mudança de taxas de câmbio sobre investimentos no exterior (c)	-	1.062
Provisão para perdas (f)	(495.397)	(495.397)
Consolidação inicial de controlada (b)	-	37.334
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.128.807</u>	<u>2.474.128</u>

- (a) Na controladora referem-se essencialmente a melhorias e adequações das unidades produtivas, e no consolidado a extração de minério na Argentina.

- (b) Refere-se aos terrenos registrados na controlada CECC na data da aquisição, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(h).
- (c) No consolidado refere-se principalmente ao efeito da tradução de demonstrações financeiras para a moeda funcional da Companhia, entre o início e o fim do período, sobre ativos das controladas Loma Negra e Yguazu.
- (d) Usinas de concreto arrendadas, e que foram classificadas como propriedade para investimento.
- (e) Refere-se à transferência dos ativos do consórcio Ceste para a controlada Estreito Participações S.A., mediante aumento de capital, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(f).
- (f) Refere-se à provisão para perda com ativos imobilizados, conforme mencionado na nota explicativa nº 10(b).
- (g) Refere-se à parcela do imobilizado da então controlada Loma Negra, transferida aos acionistas controladores da Companhia por meio de redução de capital, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1(i) e 18.

11. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Direitos de exploração de minas	112.792	114.376	112.792	114.376
Bens vinculados à concessão	-	7.773	16.409	22.646
Direitos de uso de software	1.030	3.292	1.032	3.362
Gastos com desenvolvimento de projetos	22.465	16.338	22.465	16.338
Marcas e patentes e outros	8.118	11.862	8.271	11.861
	<u>144.405</u>	<u>153.641</u>	<u>160.969</u>	<u>168.583</u>
Ágio:				
Loma Negra C.I.A. S.A. (a)	-	-	-	965.584
CBC - Companhia Brasileira de Cimentos (b)	102.633	102.633	102.633	102.633
RA Participações de Investimentos Ltda. (b)	14.882	14.882	14.882	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (b)	75.801	75.801	75.801	75.801
Incorporação da Goiás (c)	16.361	16.361	16.361	16.361
Incorporação da Cimento Brumado (c)	59.983	59.983	59.983	59.983
Aquisição de centrais de concreto (c)	8.794	8.794	8.794	8.794
Cofesur S.A. (d)	-	-	-	3.895
Recycomb S.A. (d)	-	-	-	592
La Preferida de Olavarría S.A. (d)	-	-	-	3.603
Outros	22.858	22.858	22.858	22.858
	<u>301.312</u>	<u>301.312</u>	<u>301.312</u>	<u>1.274.986</u>
Total	<u>445.717</u>	<u>454.953</u>	<u>462.281</u>	<u>1.443.569</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2016, refere-se a ágio total pago, podendo ser segregado por atividade, sendo R\$909.580 referentes a cimento e seus derivados (Loma Negra) e R\$56.004 referentes à concessão ferroviária (Ferrosur), os quais foram amortizados pelas taxas de 12,5% ao ano até 31 de dezembro de 2008. No exercício de 2017, esse ágio foi transferido aos acionistas da Companhia, juntamente ao investimento na Loma Negra, conforme mencionado nas notas explicativas no 1(i) e 18.
- (b) Referem-se a ágios pagos na aquisição dessas companhias, que já foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008 e têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura.

- (c) Referem-se à parcela de ágio do acervo líquido decorrente da incorporação da CIMPOR.
- (d) Os ágios relacionados à Cofesur S.A., Recycomb S.A. e La Preferida de Olavarría S.A. estavam registrados na controlada Loma Negra, que foi transferida aos acionista controladores da Companhia por meio de redução de capital, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(i).

Perdas por redução ao valor recuperável do ágio

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa é determinado utilizando as projeções dos fluxos de caixa base ao orçamento financeiro de dez anos aprovado pela Administração da Companhia, trazidos a valor presente pelas respectivas taxas de desconto, sendo que os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram acrescentados com a perpetuidade do negócio. O resultado desta avaliação não resultou em perdas por redução ao valor recuperável em relação aos valores contabilizados.

Segmento	2017			2016		
	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento
Brasil	301.312	10,6%	0,0%	301.312	10,52%	0,0%
Argentina	-	-	-	973.674	16,0%	0,0%

As taxas de desconto são calculadas para cada unidade geradora de caixa com base na taxa local livre de risco relevante ajustada pelo prêmio de risco-país, entre outros parâmetros. As taxas de crescimento para os fluxos de caixa foram consideradas como crescimento zero.

A movimentação do intangível é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	457.239	1.453.082
Adições	9.724	9.750
Baixas	(14)	(14)
Amortizações	(11.996)	(12.517)
Variação cambial	-	(6.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>454.953</u>	<u>1.443.569</u>
Adições	13.892	21.261
Baixas	(152)	(152)
Baixa pela transferência de participação em controlada (a)	(8.130)	-
Baixa com redução de capital em controlada (b)	-	(985.690)
Amortizações	(14.846)	(16.185)
Variação cambial	-	(522)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>445.717</u>	<u>462.281</u>

- (a) Refere-se à transferência dos ativos do consórcio Ceste para a controlada Estreito Participações S.A., mediante aumento de capital, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(f).
- (b) Refere-se à parcela do intangível da então controlada Loma Negra, transferida aos acionistas controladores da Companhia por meio de redução de capital, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1(i) e 18.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1. Controladora

Modalidade/ Instituição financeira	Encargos	Vencimento até	2017	2016
Moeda nacional:				
Banco do Brasil S.A (a)	Prefixada	Dezembro de 2024	62.021	70.889
Nota de crédito (b)	Percentual do CDI mais prefixada	Fevereiro de 2018	16.806	30.316
FINAME (c)	TJLP mais prefixada	Junho de 2018 a Novembro de 2023	11.988	14.435
BNDES (d)	TJLP mais prefixada ou variável (*)	Junho de 2018	-	915
BNDES (d)	TJLP mais prefixada	Setembro de 2029	-	125.943
Incentivo Fomentar	Prefixada	Dezembro de 2020	235	2.120
Itaú BBA - Fomentar (f)	Prefixada	Dezembro de 2022	18.235	15.811
Bradesco S.A (e)	Percentual do CDI	Junho de 2018	315.416	298.725
Total			<u>424.701</u>	<u>559.154</u>
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			20.721	6.936
Classificados no circulante - principal			328.305	35.890
Classificados no não circulante - principal			75.675	516.328

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(*) Cesta de moedas de Unidade Monetária do BNDES - UMBNDES reajustada trimestralmente, publicada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e Econômico Social - BNDES no Diário Oficial da União.

Para os empréstimos contratados em reais, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 2,5% e 10,0% ao ano.

(a) Linha de crédito para implantação de fábrica na cidade de Cezarina, Estado de Goiás. Esses empréstimos exigem que a Companhia mantenha o saldo de contas a receber de clientes equivalente a no mínimo 20% do valor da dívida atualizada.

(b) Financiamento para compra de embalagens de sacos de cimento.

(c) Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

(d) As garantias do financiamento são formadas por: (i) direito de receber todos e quaisquer valores que estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente, nos termos do contrato de concessão; (ii) direito de vender a parcela da energia elétrica produzida pelo CESTE atribuída à Companhia; e (iii) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão.

Em 11 de outubro de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social "BNDES", no montante de R\$120.270.

(e) Em 30 de junho de 2016, a Companhia captou empréstimo no valor de R\$300.000, com vencimento do principal em 28 de junho de 2018 e juros devidos semestralmente, calculados sobre a variação do CDI.

(f) Em 28 de dezembro de 2006, conforme instrumento de cessão de crédito assinado entre a Companhia e o Banco Itaú BBA S.A., foi transferido o título dos créditos relativos à aquisição do incentivo fiscal Fomentar da Cimpor Brasil Participações Ltda., por R\$18.000, para o Banco Itaú BBA S.A., cuja dívida nominal e prefixada correspondia a R\$57.772, com desconto de R\$39.772, o qual será liquidado pela Companhia sem correção. A dívida da Companhia foi descontada a valor presente de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 -Ajuste a Valor Presente, considerando a taxa de oportunidade de 15,34% ao ano, a ser liquidada em parcelas anuais e sucessivas até 2022

12.2. Controladas e total consolidado

Os saldos com instituições financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos obtidos pelas controladas e operadas em conjunto são como segue:

Modalidade	Encargos	Vencimento até	2017	2016
Empréstimos em pesos argentinos (a)	Prefixada	Julho de 2019	-	201.448
Empréstimos em Guaranis (a)	Prefixada	Fevereiro de 2017	-	48.154
Empréstimos em dólares norte-americanos (US\$):				
BID (a)	LIBOR mais prefixada	Agosto de 2017	-	155.474
Industrial and Commercial Bank of China (a)	LIBOR mais prefixada	Junho de 2019	-	162.805
Itaú Unibanco S.A. - NY (a)	LIBOR mais prefixada	Julho de 2019	-	224.236
Outros empréstimos em dólares norte-americanos (a)	LIBOR mais prefixada	Agosto de 2021	-	100.640
Empréstimos em reais - Brasil (b)	TJLP mais prefixada	Outubro de 2018	5.684	13.521
Total			<u>5.684</u>	<u>906.278</u>
Consolidado				
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			20.743	23.486
Classificados no circulante - principal			333.967	456.089
Classificados no não circulante - principal			75.675	985.857

Para os empréstimos contratados em reais, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 3,125% e 4,125%.

- (a) Os saldos de empréstimos contraídos pelas controlada Loma Negra e Yguazu deixaram de ser consolidados, por conta da redução de capital da Companhia com transferência de participação acionária dessas controladas aos acionistas controladores, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1(i) e 18.
- (b) Esses contratos exigem o cumprimento de cláusulas restritivas de determinados índices financeiros e/ou impõem certos limites às controladas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os índices financeiros exigidos foram atendidos, sendo que esse contrato e índice está relacionado a operação em conjunto (BAESA).

Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas de longo prazo têm o cronograma de vencimento conforme segue:

<u>Exercício</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2019	14.101
2020	13.883
2021	12.930
2022	25.547
Após 2023	9.214
Total	<u>75.675</u>

13. DEBÊNTURES

	Encargos anuais	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
			2017	2016
Debêntures (a) e (d)	115% da taxa DI	Abril de 2022	1.171.867	1.451.744
Debêntures (b)	115% da taxa DI	Agosto de 2022	1.008.500	1.266.050
Gastos com emissão			(2.704)	(3.946)
Debêntures em carteira (c)			<u>(6.060)</u>	<u>(7.374)</u>
Total			<u>2.171.603</u>	<u>2.706.474</u>
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			71.852	187.580
Classificados no circulante			419.482	419.231
Classificados no não circulante			1.680.269	2.099.663

- (a) Em 14 de março de 2012, a InterCement Brasil S.A. emitiu 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$10,00. Os juros são pagos anual e semestralmente, para a primeira e segunda séries, respectivamente. As referidas debêntures estão garantidas por carta de fiança da Companhia e da InterCement Austria Equity Participation GmbH.

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou o resgate antecipado de 17.000 debêntures, pelo montante de R\$176.323, mais um prêmio de R\$2.056, o qual foi reconhecido em despesas financeiras.

- (b) Em agosto de 2012, a CIMPOR emitiu 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 115% da taxa DI e serão pagas anualmente sendo o primeiro pagamento em 2017 e o último na data de vencimento em 21 de agosto de 2022. O saldo a pagar na data da incorporação da CIMPOR foi transferido para a Companhia.
- (c) Em 23 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou a recompra de 716 debêntures da 2ª emissão, pelo montante de R\$7.206.

Condições restritivas

Os contratos da controladora exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base no Grupo InterCement ("InterCement Participações S.A. - Consolidado") e a captação está garantida por aval da Companhia. No ano de 2016, a Companhia firmou um aditivo contratual que suspendeu referidas cláusulas, sendo que essa obrigação somente será mensurada com os valores financeiros em 31 de dezembro de 2017. No ano de 2017, a Companhia firmou um aditivo prevendo a medição do índice financeiro em 5,0X, voltando a ser medido no patamar original de 4,5X em dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas de longo prazo têm o cronograma de vencimento conforme segue:

<u>Exercício</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2019	420.490
2020	420.490
2021	420.490
2022	420.495
Total	1.681.965
(-) Amortização dos gastos com emissão	(1.696)
Total	<u>1.680.269</u>

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros. Em bases periódicas, as respectivas Administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de perdas prováveis e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício.

A provisão para riscos é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas e previdenciários	41.165	32.371	41.195	38.386
Tributários (a)	8.760	17.191	8.760	18.869
Cíveis e outros (b)	6.676	12.412	7.354	17.327
	<u>56.602</u>	<u>61.974</u>	<u>57.309</u>	<u>74.582</u>
Depósitos judiciais (c)	(11.997)	(9.889)	(11.997)	(9.889)
Total	<u>44.604</u>	<u>52.085</u>	<u>45.312</u>	<u>64.693</u>

- (a) Na controladora, referem-se substancialmente a autos de infração fiscal e ações judiciais relacionadas a: (i) discussão da base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária sobre transferência de mercadorias entre estabelecimentos; (ii) discussão sobre a regularidade na compensação de débitos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS com créditos do Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, autorizada judicialmente; (iii) multa da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços - SUNAB - discussão sobre o auto de infração decorrente da alegação de infringência ao disposto nas Leis nº 7.784/89, nº 8.035/90 e nº 8.178/91; e (iv) discussão sobre a insuficiência de recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, relacionada à exigência de correção monetária sobre empréstimo compulsório à Eletrobrás, no exercício de 1982, ano-base 1981.
- (b) Na controladora e no consolidado, refere-se principalmente a reclamações relacionadas a ações indenizatórias.
- (c) A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais atrelados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Trabalhistas e previdenciários	9.223	8.007
Tributários	2.598	1.708
Cíveis e outras	176	174
Total	<u>11.997</u>	<u>9.889</u>

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuem exposição de R\$2.942.066 (R\$2.830.892 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$25.618 de contingências trabalhistas (R\$24.223 em 31 de dezembro de 2016), R\$2.051.015 de contingências tributárias (R\$1.986.446 em 31 de dezembro de 2016), R\$825.670 de contingências cíveis (R\$802.557 em 31 de dezembro de 2016) e R\$39.763 de processos administrativos de outras naturezas (R\$17.666 em 31 de dezembro de 2016), cuja probabilidade de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos.

Outros

A Companhia e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência, que tramitaram perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em julho de 2015, o Tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pela Companhia no processo iniciado pelas autoridades de concorrência em 2007 (bem como para as demais empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação pela formação de cartel e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada a Companhia em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$694.740 (considerando R\$311.237 para a InterCement e R\$383.503 CCB Cimpor), ficando a Companhia obrigada a alienar 20% da sua capacidade instalada dos ativos de concreto nos mercados relevantes brasileiros em que atua, entre outras penalidades acessórias.

Tendo-se tornado definitiva no âmbito administrativo do CADE a referida decisão, o Grupo recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, mediante a apresentação de garantias reais (duas fábricas no Brasil), a concessão da tutela antecipada requerida, para suspender todas as penalidades impostas pelo CADE até o julgamento do mérito da causa. Contra a referida decisão de antecipação de tutela, o CADE apresentou recurso de Agravo de Instrumento, pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em 15 de junho 2016, o Desembargador Relator do referido recurso de Agravo de Instrumento indeferiu o pedido de tutela antecipada recursal formulado pelo CADE.

Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a probabilidade perda na esfera judicial é classificada como possível, não foi constituída provisão para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A movimentação das provisões para riscos é como segue:

	Controladora				Total
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	38.143	17.493	10.404	(13.797)	52.243
Constituição/depósito	8.868	1.778	2.495	(4.332)	8.809
Pagamento	(12.630)	(39)	(162)	10.279	(2.552)
Reversão	(771)	(1.737)	(2.799)	-	(5.307)
Atualização	(1.239)	(304)	2.474	(2.039)	(1.108)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	32.371	17.191	12.412	(9.889)	52.085
Constituição/depósito	15.092	49	698	(5.467)	10.373
Pagamento	(4.644)	-	-	3.971	(672)
Reversão	(6.479)	(696)	(3.848)	-	(11.023)
Atualização	4.831	(7.784)	(2.260)	(612)	(5.827)
Transferência por aumento de capital em controlada (a)	(6)	-	(326)	-	(332)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>41.165</u>	<u>8.760</u>	<u>6.676</u>	<u>(11.997)</u>	<u>44.604</u>

	Consolidado				Total
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	44.145	20.111	18.080	(13.797)	68.539
Constituição/depósito	11.488	2.303	3.142	(4.332)	12.601
Pagamento	(13.595)	(666)	(834)	10.279	(4.816)
Reversão	(1.489)	(2.716)	(4.056)	-	(8.261)
Atualização	41	655	3.375	(2.039)	2.032
Variação cambial	(2.204)	(819)	(2.379)	-	(5.402)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	38.386	18.868	17.328	(9.889)	64.693
Constituição/depósito	16.457	139	1.838	(5.467)	12.967
Pagamento	(5.318)	(90)	(308)	3.971	(1.745)
Reversão	(6.613)	(757)	(4.203)	-	(11.573)
Atualização	5.867	(7.695)	(750)	(612)	(3.189)
Variação cambial	(205)	(53)	(171)	-	(430)
Baixa pela transferência de participação em controlada (b)	(7.379)	(1.652)	(6.380)	-	(15.411)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	41.195	8.760	7.354	(11.997)	45.312

(a) Refere-se à transferência dos passivos do consórcio Ceste para a controlada Estreito Participações S.A., mediante aumento de capital, conforme mencionado na nota explicativa nº 1(f).

(b) Refere-se à parcela de contingências da então controlada Loma Negra, transferida aos acionistas controladores da Companhia por meio de redução de capital, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1(i) e 18.

15. PROVISÃO PARA RECONSTITUIÇÃO AMBIENTAL

A movimentação da provisão para reconstituição ambiental é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	63.405	79.558
Utilização	(3.676)	(5.361)
Atualização	2.809	5.932
Variação cambial	-	(5.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	62.538	74.795
Utilização	(1.759)	(2.148)
Atualização	2.829	3.726
Variação cambial	-	(378)
Baixa pela transferência de participação em controlada (*)	-	(12.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63.608	63.608

(*) Refere-se à parcela de provisão para reconstituição ambiental da então controlada Loma Negra, transferida aos acionistas controladores da Companhia por meio de redução de capital, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1(i) e 18.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

16.1. Previdência privada

A Companhia proporciona aos empregados plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contribuiu com o montante de R\$1.598 (R\$1.634 em 31 de dezembro de 2016).

16.2. Outros benefícios a empregados

São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de 2017 é de R\$48.630 na controladora (R\$50.363 em 31 de dezembro de 2016) e R\$55.738 no consolidado (R\$62.123 em 31 de dezembro de 2016).

17. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo e vendas e compras de produtos e serviços.

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são os seguintes:

InterCement Brasil S.A. e Controladas

	Controladora							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante			Adiantamento de clientes e outras obrigações
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas	Outros créditos	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	
Entidades sob controle comum:								
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	516	2.200	5.300	-	2.527	-	-	27
Camargo Correa Infraestrutura S.A.	9	-	-	-	-	-	-	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	530	-	-	-	-	-	-	1
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	326	-	-	-	3.612	-	-	-
Cimpor Financial Operations B.V. (c)	-	-	-	-	-	437.274	-	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A. (b)	-	-	-	-	8	-	-	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (b)	13	-	-	-	-	-	-	48
Companhia de Mineração Candiota	-	15.700	-	-	470	-	-	-
Controladas:								
Yguazu Cimentos S.A. (b)	499	-	-	-	-	-	-	-
Barra Grande Participações S.A. (a)	-	-	-	-	5.703	-	-	-
Machadinho Participações S.A. (a)	44	-	-	-	17.152	-	-	798
Estreito Participações S.A. (a)	16	-	-	-	16.312	-	-	4.090
Controladora:								
Camargo Corrêa S.A.	-	-	-	-	-	-	-	4
Cauê Austria Holding GmbH (d)	-	-	-	-	-	-	72.991	2.824
Cimpor Trading e Inversiones, S.A. (b)	2.970	-	-	-	29.613	-	55.559	2.149
InterCement Participações S.A.	-	3.500	550	-	-	-	-	-
Outras	1	-	-	-	-	-	-	-
Total em 2017	4.924	21.400	5.850	-	75.397	437.274	128.550	9.941
Total em 2016	6.259	43.650	313.433	6.300	13.970	453.834	-	12.848

	Consolidado							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante			Adiantamento de clientes e outras obrigações
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Partes relacionadas	Outros créditos	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos e juros sobre o capital próprio	
Entidades sob controle comum:								
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	516	2.200	5.300	-	2.534	-	-	34
Camargo Correa Infraestrutura S.A.	9	-	-	-	-	-	-	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	530	-	-	-	-	-	-	1
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	326	-	-	-	3.612	-	-	-
Cimpor Financial Operations B.V. (c)	-	-	-	-	-	437.274	-	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A. (b)	-	-	-	-	8	-	-	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A (b)	13	-	-	-	-	-	-	48
Companhia de Mineração Candiota	-	15.700	-	-	470	-	-	-
Yguazú Cimentos S.A. (b)	499	-	-	-	-	-	-	-
Controladora:								
Camargo Corrêa S.A.	-	-	-	-	-	-	-	4
Cauê Austria Holding GmbH (d)	-	-	-	-	-	-	72.991	2.824
Cimpor Trading e Inversiones, S.A. (b)	2.970	-	-	-	29.613	-	55.559	2.149
InterCement Participações S.A.	-	3.500	550	-	-	-	-	-
Outras	1	-	100	-	-	-	14.630	-
Total em 2017	<u>4.864</u>	<u>21.400</u>	<u>5.950</u>	<u>-</u>	<u>36.237</u>	<u>437.274</u>	<u>143.180</u>	<u>5.060</u>
Total em 2016	<u>12.792</u>	<u>9.481</u>	<u>313.433</u>	<u>6.300</u>	<u>90.920</u>	<u>429.649</u>	<u>-</u>	<u>202</u>

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são como segue:

	Controladora		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	1.859	(12.551)	78
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	6.211	-	-
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	(946)	(747)
Cimpor Financial Operations B.V (c)	-	-	(30.715)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A (b)	4.505	-	-
Companhia de Mineração Candiota	-	(8.358)	-
Loma Negra C.I.A. S.A. (b)	-	(1.576)	(1.463)
Yguazu Cimentos S.A. (b)	3.686	-	23
Controlada-			
Machadinho Participações S.A. (a)	-	(52.053)	-
Barra Grande Participações S.A. (a)	-	(74.944)	-
Estreito Participações S.A. (a)	-	(28.055)	-
Controladora:			
Camargo Corrêa S.A.	-	258	(1.164)
Participações Morro Vermelho (b)	26.310	(1.069)	-
Cimpor Trading e Inversiones S.A. (b)	-	(57.181)	403
InterCement Austria Holding GmbH	-	-	(373)
Cauê Austria Holding GmbH (d)	-	-	40.037
Outras	396	(4.116)	86
Total em 2017	<u>42.967</u>	<u>(240.591)</u>	<u>6.165</u>
Total em 2016	<u>53.111</u>	<u>(110.788)</u>	<u>64.449</u>
	Consolidado		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum:			
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	1.859	(12.551)	78
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	6.211	-	-
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	(946)	(747)
Cimpor Financial Operations B.V (c)	-	-	(30.715)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A (b)	4.505	-	-
Companhia de Mineração Candiota	-	(8.358)	-
Loma Negra C.I.A. S.A. (b)	-	(1.576)	(1.463)
Yguazú Cimentos S.A. (b)	3.686	-	23
Controladora:			
Camargo Corrêa S.A.	-	258	(1.164)
Participações Morro Vermelho (b)	26.310	(1.069)	-
InterCement Austria Holding GmbH	-	-	(373)
Cimpor Trading e Inversiones S.A. (b)	-	(57.181)	403
Cauê Austria Holding GmbH (d)	-	-	40.037
Outras	396	(4.115)	86
Total em 2017	<u>42.967</u>	<u>(85.538)</u>	<u>6.165</u>
Total em 2016	<u>30.228</u>	<u>(108.159)</u>	<u>48.024</u>

(a) Contrato de compra e venda de energia.

(b) Compra e venda de mercadorias, serviços e ativo imobilizado.

- (c) Empréstimo de mútuo no montante total de US\$131 milhões, sujeito LIBOR mais juros entre 4,05% e 5,85% ao ano, com vencimento semestral de juros e vencimento do principal em 18 de fevereiro de 2021 e 25 de julho de 2024.
- (d) Empréstimo de mútuo no montante total de US\$84 milhões, sujeito a LIBOR mais juros de 5,47% ao ano, com vencimento do principal e juros em 15 de dezembro de 2019. Em 15 de agosto de 2017, a controlada Caue Austria Holding GmbH liquidou antecipadamente sua dívida com a Companhia, no montante de R\$216.402.

Remuneração dos administradores

a) Controladora

Em 20 de março de 2017, o montante da remuneração de curto prazo do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários para o exercício de 2017 foi fixado em até R\$8.500, não incluídos encargos sociais, e acrescido de provisão para férias e benefícios de qualquer natureza, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.

Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão demonstrados a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Curto prazo:		
Salários, remuneração fixa e outros benefícios (i)	4.721	4.375
Salários, remuneração fixa e outros benefícios (ii)	-	27
Longo prazo (benefícios pós-emprego)-		
Previdência privada	<u>225</u>	<u>250</u>
Total da remuneração (sem encargos sociais)	4.946	4.652
Encargos sociais	<u>1.632</u>	<u>1.542</u>
Total da remuneração (com encargos sociais)	<u>6.578</u>	<u>6.194</u>

(i) Remuneração dos Diretores Estatutários.

(ii) Remuneração do Conselho de Administração.

b) Consolidado

O montante pago até 31 de dezembro de 2017 é de R\$13.360, referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios (R\$20.584 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, sendo: (i) R\$20.557 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios; e (ii) R\$27 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

O capital social em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é representado por 3.943 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de maio de 2017, os acionistas da Companhia aprovaram a redução de capital no montante de R\$1.351.648, da seguinte forma: (i) absorção de prejuízos acumulados, no montante de R\$199.648; e (ii) restituição aos acionistas no montante de R\$1.152.000, a ser paga em moeda nacional e/ou bens. Referida redução de capital foi reconhecida nos registros contábeis da Companhia contra um contas a pagar aos acionistas, após o atendimento do prazo exigido por lei de 60 dias para contestação por credores da Companhia, o qual se encerrou em 8 de julho de 2017. A liquidação desse contas a pagar aos acionistas foi realizada em 24 de agosto de 2017, com a transferência da totalidade da participação acionária na então controlada Loma Negra, além do ágio, aos acionistas controladores da Companhia.

Reserva de capital

Refere-se ao resultado da venda de participações societárias sem alteração de controle. De acordo com o ICPC 09 (R2) e a IFRS 10/CPC36, esses efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Reservas de lucros

Correspondem à retenção de lucros para aplicação em projetos de investimentos, conforme orçamento a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e segundo o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de maio de 2017, os acionistas da Companhia aprovaram a absorção dos prejuízos acumulados, no montante de R\$159.931, com a utilização da totalidade da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não constituiu reserva de lucros, já que apurou prejuízo no exercício. As reservas de incentivos fiscais dos anos de 2017, 2016 e 2015, nos montantes de R\$7.197, R\$10.883 e R\$32.305, respectivamente, serão constituídas em anos subsequentes, quando a Companhia apurar lucros.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não efetuou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, já que não apurou lucro nos exercícios.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de outubro de 2017, a Companhia deliberou a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$151.235, referentes aos exercícios de 2012, 2015 e 2016.

Instrumento patrimonial – Ações preferenciais sobre sociedades de propósito específico

As ações preferenciais das controladas Barra Grande Participações, Machadinho Participações e da Estreito Participações, possuem determinadas características específicas, nomeadamente, em termos de:

- Direito a dividendos prioritários sobre lucros e/ou reservas distribuídas em cada exercício.
- Ausência de direito de voto (exceto quanto a matérias específicas estabelecidas nos correspondentes estatutos);
- Prioridade relativamente às ações ordinárias em caso de liquidação;

- Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos; e
- Não participação em futuros aumentos de capital.

Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do comprador, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferências em ações ordinárias.

Considerando todas essas características, atendendo ao disposto na IAS 32, os referidos instrumentos (quer da Barra Grande, Machadinho ou Estreito) adquirem características de instrumento patrimonial e instrumento financeiro, na medida em que os mesmos incorporam simultaneamente componentes enquadráveis como instrumento de capital e instrumento financeiro (ativo ou passivo financeiro). Assim, esses componentes foram mensurados e reconhecidos separadamente nas demonstrações financeiras conforme segue:

- (a) A contribuição inicial recebida em contrapartida da venda das ações preferenciais foi classificada como instrumento patrimonial, uma vez que, nos termos estabelecidos, não existe obrigação de recompra dessas ações (obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro), bem como são estabelecidas igualmente cláusulas de conversibilidade em ações ordinárias (por opção dos detentores dessas ações) e seus respectivos dividendos;
- (b) Existem também cláusulas contratuais referente a opções de retorno de rentabilidade mínima e eventual cobertura de uma desvalorização significativa dos investimentos nas entidades que emitiram esses instrumentos em um período de até sete anos ou pela opção de saída por parte dos detentores das ações preferenciais, nas condições estabelecidas nos contratos. Essas opções geram valores de perda ou ganho para a Companhia e foram classificados como instrumentos financeiros derivativos e mensurados pelo seu justo valor na data de cada demonstração financeira.

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram pagos e/ou propostos dividendos aos minoritários relacionado à essas transações no montante de R\$60.203 e R\$4.878, respectivamente.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.359.283)	(472.223)	(1.177.473)	(375.680)
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	462.156	160.556	400.341	127.731
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	33.864	38.714	(765)	(199)
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(36.009)	(5.557)	(35.906)	(4.398)
Realização de imposto de renda e contribuição social sobre amortização de ágio - Loma Negra	(328.299)	-	(328.299)	-
Diferença de alíquotas para resultado no exterior	-	-	4.824	5.039
Juros sobre o capital próprio, líquidos	51.420	-	51.420	-
Provisão para perda ao valor recuperável de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	(485.588)	-	(485.588)	-
Outros	1.730	(4.458)	20.504	(937)
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(300.726)</u>	<u>189.255</u>	<u>(373.469)</u>	<u>127.236</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias os livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
No ativo:				
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (a)	68.188	164.749	68.188	164.749
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	21.220	-	25.744
Provisão para reconstituição ambiental	-	19.430	-	19.430
Programa de Integração Social - PIS e COFINS sobre receitas financeiras e outras receitas não operacionais (impostos parcelados)	-	27.913	-	27.913
Provisões para participação nos lucros	-	8.702	-	8.702
Provisões para serviços de terceiros	-	6.794	-	6.794
Provisão para devedores duvidosos	-	10.167	-	10.984
Outras provisões para perdas	-	8.198	-	8.198
Variação cambial tributada pelo regime de caixa	-	41.001	-	41.001
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.177	-	5.177
Outras provisões temporárias	-	21.201	-	26.107
Total – ativo	68.188	334.552	68.188	344.799
No passivo:				
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	104.787	427.227	104.787	427.227
Avaliação da vida útil do imobilizado (b)	92.536	88.843	92.536	146.331
Ajuste a valor presente - dívida Banco Itaú - Fomentar	3.690	4.514	3.690	4.514
Outras	26.307	26.850	26.307	39.831
Total – passivo	227.320	547.434	227.320	617.903
Total líquido classificado no passivo não circulante	159.132	212.882	159.132	273.104

(a) Em 31 de dezembro de 2017, considerando a expectativa da administração, a realização do prejuízo fiscal majoritário ocorrerá somente após 2020, o que depende de resultados de impostos rentáveis para cada jurisdição tributária e da confirmação das premissas utilizadas na projeção do fluxo de caixa. Adicionalmente, a Companhia realizou análise para recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, levando em consideração o histórico de prejuízos passados e futuros, de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro, e decidiu realizar provisão para perda da totalidade dos impostos diferidos ativos, com exceção do equivalente a 30% dos impostos diferidos passivos, constituídos sob a forma de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

(b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto na legislação fiscal.

20. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Venda de produtos	2.191.684	2.630.398	3.511.232	5.115.549
Serviços prestados	115.603	168.640	209.391	326.102
Impostos sobre vendas	(620.789)	(757.384)	(645.253)	(814.144)
Abatimentos/descontos	(13.634)	(21.880)	(76.025)	(139.156)
Total	1.672.864	2.019.774	2.999.345	4.488.351

Na controladora, os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, ICMS, PIS, COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS. No consolidado, incluem também o Imposto sobre Valor Agregado - IVA.

21. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Depreciação e amortização	(234.230)	(263.667)	(306.425)	(424.238)
Salários e benefícios a empregados	(268.843)	(288.526)	(508.572)	(748.375)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(410.825)	(501.683)	(558.855)	(774.805)
Despesas tributárias	(6.354)	(2.527)	(55.967)	(44.681)
Serviços de terceiros	(152.648)	(175.524)	(248.951)	(385.737)
Despesas com aluguel	(6.540)	(60.214)	(10.052)	(65.623)
Despesas com frete	(198.016)	(225.724)	(286.002)	(402.366)
Despesas com manutenção	(103.271)	(106.964)	(210.244)	(305.314)
Despesas com combustível	(242.060)	(240.909)	(388.274)	(517.704)
Despesas com eletricidade	(243.532)	(190.243)	(213.514)	(313.916)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	4.817	(7.833)	4.800	(7.753)
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível (a)	32.282	39.476	33.305	46.786
Provisão para perdas em imobilizado (b)	(747.839)	-	(747.839)	-
Provisão para desmobilização/alienação de fábricas (c)	(18.765)	-	(18.765)	-
Outras receitas (despesas)	(239.012)	(121.558)	(276.022)	(162.497)
Total	<u>(2.834.836)</u>	<u>(2.145.896)</u>	<u>(3.791.377)</u>	<u>(4.106.223)</u>
Custo das vendas e dos serviços	(1.656.359)	(1.770.228)	(2.499.011)	(3.576.030)
Despesas administrativas e comerciais	(398.982)	(420.028)	(512.757)	(601.000)
Outras receitas (despesas) operacionais	(779.495)	44.360	(779.609)	70.807
Total	<u>(2.834.836)</u>	<u>(2.145.896)</u>	<u>(3.791.377)</u>	<u>(4.106.223)</u>

(a) Em 2017, refere-se substancialmente a venda de 5 terrenos localizados na cidade de Pedro Leopoldo, no montante de R\$ 15.300, 1 terreno localizado na cidade de Jundiá, no montante de R\$ 11.010, e de lotes de betoneiras no montante de R\$ 9.677, para a controladora PMV S.A. e terceiros.

(b) Refere-se à provisão para perdas com imobilizados, conforme mencionado na nota explicativa nº 10(b).

(c) A Companhia reconheceu provisão para obrigações contratuais no montante de R\$18.764.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Varição cambial:				
Receita com variação cambial	79.652	177.402	91.762	211.399
Despesa com variação cambial	(65.293)	(163.899)	(88.380)	(253.729)
Total	<u>14.359</u>	<u>13.503</u>	<u>3.382</u>	<u>(42.330)</u>
Receitas financeiras:				
Varição monetária	23.493	31.436	23.815	31.466
Rendimento financeiro	28.200	62.154	30.273	65.803
Juros ativos	4.868	6.947	4.868	6.955
Instrumentos financeiros derivativos (*)	27.406	689	27.406	689
PIS e COFINS	(5.045)	(5.017)	(5.107)	(5.032)
Outras receitas	10.654	2.609	13.416	14.096
Total	<u>89.576</u>	<u>98.818</u>	<u>94.671</u>	<u>113.977</u>
Despesas financeiras:				
Varição monetária	(10.782)	(23.547)	(12.411)	(28.355)
Despesa com juros e encargos	(353.814)	(512.180)	(405.084)	(665.904)
Despesa de multas	(2.805)	(1.907)	(2.818)	(1.908)
Instrumentos financeiros derivativos (*)	(8)	(16.767)	(8)	(16.995)
Outras despesas	(33.437)	(17.884)	(60.922)	(115.708)
Total	<u>(400.846)</u>	<u>(572.285)</u>	<u>(481.243)</u>	<u>(828.870)</u>

(*) Ganhos e perdas reconhecidos sobre instrumentos financeiros derivativos mencionados na nota explicativa nº 27.4.

23. COMPROMISSOS

a) Contratos de arrendamento como arrendatário

Os contratos de arrendamentos operacionais de terrenos, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos no Brasil têm prazos de duração entre cinco e dez anos. A estimativa de pagamentos de aluguel, em valores nominais, é composta por:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Até 1 ano	30.884	39.380	30.884	42.251
De 1 a 5 anos	35.389	56.219	35.389	60.282
Mais de 5 anos	102	13.016	102	13.016
Total	<u>66.376</u>	<u>108.615</u>	<u>66.376</u>	<u>115.549</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi reconhecido o montante de R\$40.092 (R\$59.291 em 31 de dezembro de 2016) referente às despesas com operações de arrendamento mercantil operacional.

b) Contratos de compra

A Companhia possui acordo contratual para aquisição de escória bruta, com vigência até 2021 e correção anual pelo IGP-M, e compra de energia elétrica com vigência até 2020, cuja estimativa de desembolso total, em valores nominais, é conforme segue:

	2017	2016
2017	-	42.444
2018	25.937	42.444
2019	29.194	42.444
Após 2020	31.279	45.981
Total	<u>86.410</u>	<u>173.313</u>

24. RESULTADO POR AÇÃO

A seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o lucro (prejuízo) líquido por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Numerador básico e diluído-		
Alocação do prejuízo do exercício para os acionistas	(1.660.009)	(282.968)
Denominador básico e diluído-		
Média ponderada de ações	3.943	3.943
Prejuízo básico/diluído por ação ON (em reais)	(421.0001,52)	(71.764,65)

25. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros, de forma global, dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais, obras civis e riscos de engenharia e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	2017
Responsabilidade Civil	R\$51.298
Responsabilidade Operacional	R\$515.760

26. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia é garantidora para os seguintes empréstimos captados por suas controladoras e controladas:

- Ao Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch - IBBA em 26 de março de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Áustria e o IBBA, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de US\$750mil, equivalentes a R\$1.281.600(US\$ 292 milhões em 31 de dezembro de 2017, equivalentes a R\$965.936), destinado a usos corporativos gerais.
- Ao Banco do Brasil S.A., London Branch - BB em 17 de fevereiro de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Áustria e o BB, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de € 460mil, equivalentes a R\$1.040.535(€206.mil em 31 de dezembro de 2017, equivalentes a R\$820.835), destinado a usos corporativos gerais.
- Ao Banco do Brasil S.A., London Branch - BB em 22 de agosto de 2017, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cimpor Industria de Cimentos S.A. e o BB, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de €100.000 mil, equivalentes a R\$396.930, destinado a usos corporativos gerais

Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado (FINAME) estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, no montante de R\$20.642.

A Companhia recebeu garantias para os seguintes financiamentos:

- Os destinados à implantação da Usina Hidrelétrica (UHE Estreito - CESTE) estão garantidos por penhor de direitos emergentes da concessão e fiança da Camargo Corrêa S.A.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, financiamentos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

27.1. Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos deduzidos por caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulantes) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras).

27.2. Administração dos riscos financeiros

A Diretoria de Tesouraria Corporativa do Grupo gerencia os riscos financeiros para as subsidiárias integrais, coordenando o acesso aos mercados domésticos e estrangeiros e monitorando e administrando os riscos relacionados às operações, por meio de relatórios internos por grau e relevância, tais como riscos de moeda, taxa de juros, preços, crédito e de liquidez.

27.3. Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<u>Ativos financeiros</u>				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	29.247	411.093	29.826	460.443
Contas a receber de clientes	80.663	148.788	80.237	292.616
Outros créditos - instrumentos financeiros	26.555	-	26.555	689
Partes relacionadas	5.850	313.433	5.950	313.433
Mantidos até o vencimento:				
Títulos e valores mobiliários	123.233	153.689	124.061	153.844
Valor justo por meio do resultado:				
Caixa e equivalentes de caixa	175.650	189.286	180.212	314.098
Títulos e valores mobiliários	-	-	2.651	2.760
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado				
Debêntures	2.171.603	2.706.474	2.171.603	2.706.474
Empréstimos e financiamentos	424.701	559.154	430.385	1.465.432
Fornecedores	269.833	151.442	233.194	567.485
Partes relacionadas	437.274	453.834	437.274	429.649
Outras obrigações - instrumentos financeiros	-	16.766	-	16.766

27.4. Exposição cambial e detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira, principalmente dólar norte-americano e peso argentino, e seus resultados podem ser significativamente afetados pela variação das taxas de câmbio.

Os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	473	400.644	473	431.959
Contas a receber	3.898	5.218	3.898	6.971
Outros créditos - Partes relacionadas	-	355.403	-	321.283
Outros créditos	117	653	117	1.046
Ativo exposto	4.488	761.918	4.488	761.259
Passivo:				
Juros, empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	643.015
Mútuo com partes relacionadas	437.274	461.016	437.274	429.649
Fornecedores no exterior	34.297	6.565	34.297	29.794
Passivo exposto	471.571	467.581	471.571	1.102.458

Derivativos

Operação	Controladora				Consolidado			
	2017				2017			
	Valor de mercado				Valor de mercado			
	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito líquido (a)	Valor nocional	Posição Ativa	Posição passiva	Efeito líquido
Put Options	-	-	-	27.406	-	-	-	27.406
Termo de moedas	-	-	-	(8)	-	-	-	(8)
	-	-	-	27.398	-	-	-	27.398

Com relação às operações com derivativos, a perda ou o ganho registrado, considerando os valores contábeis e de mercado, está assim demonstrado em 31 de dezembro de 2016:

Operação	Controladora				Consolidado			
	2016				2016			
	Valor de mercado				Valor de mercado			
	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito líquido (a)	Valor nocional	Posição Ativa	Posição passiva	Efeito líquido
Termo de moedas	178.190	-	162.963	(15.227)	178.190	-	162.963	(15.227)
Swap de moedas (b)	-	-	-	-	-	-	-	(466)
NDF (b) e (c)	-	-	-	-	-	-	-	11.870
	-	-	-	(15.227)	-	-	-	(3.824)

(a) [Registrado em despesas financeiras.

(b) O saldo é zero, pois a transação foi liquidada antes de 31 de dezembro de 2016.

- (c) O derivativo tem por objetivo a proteção do preço de energia elétrica, e portanto foi registrado no custo.

27.5. Valores de mercado

Na Companhia e em suas controladas, os empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros classificados como custo amortizado aproximam-se dos valores de mercado, mesmo aqueles contabilizados no não circulante, com exceção das debêntures e do empréstimo com o BID, conforme segue:

	Controladora			
	2017		2016	
	Valor justo	Valor contabilizado	Valor justo	Valor contabilizado
Debêntures	2.162.264	2.171.603	2.689.319	2.706.474

	Consolidado			
	2017		2016	
	Valor justo	Valor contabilizado	Valor justo	Valor contabilizado
Empréstimos	-	-	157.535	155.475
Debêntures	2.162.264	2.171.603	2.689.319	2.706.474

27.6. Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às variações do IGP-M, do CDI, da LIBOR, do IPCA e da TJLP nos empréstimos e nas debêntures.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo:				
CDI	147.854	181.250	153.244	188.948
SELIC	142.069	111.003	144.720	113.762
Total do ativo	<u>289.923</u>	<u>292.253</u>	<u>297.964</u>	<u>302.710</u>
Passivo:				
IGP-M	-	3.068	27.537	29.270
CDI	2.503.825	3.106.405	2.503.825	3.106.405
TJLP	11.988	141.293	17.672	154.813
LIBOR	276.632	274.868	276.632	879.594
Total do passivo	<u>2.792.445</u>	<u>3.525.634</u>	<u>2.825.666</u>	<u>4.170.082</u>

27.7. Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência.

27.8. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros das variações de ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e daqueles expostos a variações do IGP-M, do CDI e da TJLP é conforme segue:

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
<u>Exposição ao risco cambial</u>							
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	Valorização do real	18	13	9	18	13	9
Contas a receber de clientes	Valorização do real	147	110	74	147	110	74
Outros créditos	Valorização do real	4	3	2	4	3	2
Passivo:							
Juros, empréstimos e financiamentos	Desvalorização do real	-	-	-	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas	Desvalorização do real	16.520	20.650	24.780	16.520	20.650	24.780
Fornecedores no exterior	Desvalorização do real	1.296	1.620	1.944	1.296	1.620	1.944
<u>Exposição a índices variáveis</u>							
Aplicações financeiras:							
CDI	Queda do índice	9.906	7.430	4.953	10.267	7.701	5.134
SELIC	Queda do índice	9.760	7.320	4.880	9.942	7.457	4.971
Empréstimos e debêntures:							
IGP-M	Aumento do índice	-	-	-	1.071	1.339	1.607
CDI	Aumento do índice	167.756	209.695	251.634	167.756	209.695	251.634
LIBOR	Aumento do índice	5.303	6.628	7.954	5.503	6.628	7.954
TJLP	Aumento do índice	839	1.049	1.259	1.237	1.546	1.856

O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das referidas operações. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização da moeda brasileira (real - R\$) em relação ao cenário 1, quanto à moeda estrangeira, e índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25%, e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Capitalização de juros	437	3.271	437	3.271
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa	-	-	20.006	70.376
Vendas de imobilizado que serão recebidas futuramente	9.600	16.376	9.600	16.376
Aporte de capital com ativos e passivos de consórcio	180.397	31.795	-	-
Juros sobre o capital próprio provisionados e não pagos	128.550	-	128.550	-

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2018, os acionistas da Companhia deliberaram aumento de capital no valor de R\$1.150.000, mediante a emissão de 1.150.000.000 novas ações ordinárias, passando o capital social da Companhia de R\$786.644 para R\$1.936.644. Dessa forma, o patrimônio líquido da Companhia deixa de ser negativo.

Durante o mês de março e abril de 2018, a Companhia recebeu R\$547.875 relativos a venda, a valor de mercado, do crédito "Fixed rate notes" pela Caue Finance à Caue Austria Holding.

30. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 25 de abril de 2018, a Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.
